



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE MARÇO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[José António Ribeiro de Carvalho](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Ao abrigo do [artigo 227.º](#) do Regimento, procedeu-se ao debate da Interpelação ao Governo n.º [1/XVII/1.ª](#) (PCP) — Sobre «Política geral, centrada nas medidas a tomar para combater a escalada de preços em consequência da guerra

no Médio Oriente nas condições de vida das populações em Portugal», tendo proferido a intervenção de abertura o Deputado [Paulo Raimundo](#) (PCP).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além daquele orador e dos Secretários de Estado da Economia (João Rui Ferreira), dos Assuntos Fiscais (Cláudia

Reis Duarte) e do Ambiente (João Manuel Esteves), os Deputados Nuno Fazenda (PS), Mário Amorim Lopes (IL), Isaura Morais (PSD), Rui Afonso (CH), Paula Santos (PCP), Luís Moreira Testa (PS), João Ribeiro (CH), Patrícia Gonçalves (L), Alfredo Maia (PCP), Carlos Cação (PSD), André Ventura (CH), Eurico Brilhante Dias (PS), Hugo Soares (PSD), Filipe Sousa (JPP), Hugo Costa (PS), Dulcineia Catarina Moura (PSD), Fabian Figueiredo (BE), Paulo Nuncio (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), Rodrigo Saraiva (IL),

Rui Tavares (L), Jorge Miguel Teixeira (IL), Fernando Queiroga (PSD), Ana Martins (CH), Alberto Fonseca (PSD), Hugo Carneiro (PSD) e João Torres (PS).

Encerraram o debate o Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim) e a Deputada Paula Santos (PCP).

O Presidente (Marcos Perestrello) encerrou a sessão eram 17 horas e 54 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as portas para o público assistir.

Eram 15 horas e 1 minuto.

Pausa.

Cumprimento os Srs. Ministros e os restantes membros do Governo.

Pausa.

Pedia às Sr.^{as} Deputadas e aos Srs. Deputados o favor de se sentarem, para darmos início à nossa sessão. Os membros do Governo já estão presentes. Estamos a aguardar que os Srs. Deputados se sentem.

Peço ao Sr. Secretário o favor de ler o expediente que existe.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para dar nota à Câmara de que se encontram disponíveis, no portal da Assembleia, as iniciativas que deram entrada na Mesa desde a última sessão.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, dar início aos nossos trabalhos.

Como sabem, a nossa ordem do dia consiste no debate da Interpelação ao Governo n.º 1/XVII/1.ª (PCP) — Sobre «Política geral, centrada nas medidas a tomar para combater a escalada de preços em consequência da guerra no Médio Oriente nas condições de vida das populações em Portugal».

Para a intervenção de abertura, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, que tem 10 minutos para o efeito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH) : — Paulo, não é preciso usar o tempo todo!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Num País onde a propaganda confronta as reais dificuldades da vida da maioria, onde o custo de vida aumenta e alguns poucos alcançam lucros históricos, onde os salários e as pensões esticam cada vez mais, para conseguir chegar ao final do mês, onde está em curso o desmantelamento dos serviços públicos, desde logo do Serviço Nacional de Saúde, onde é negado o acesso à habitação e se hipoteca o presente e o futuro das novas gerações, é perante este País que PSD, CDS, Chega e Iniciativa Liberal se submetem ainda mais aos Estados Unidos e a Israel e arrastam Portugal para uma guerra com o Irão.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — É! Exato! Nós estamos lá, neste momento!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Mas é também perante este País que vão ter de assumir todas as suas responsabilidades e as consequências das suas injustificáveis opções, em confronto, inclusive, com a própria Constituição.

Coragem, opções e medidas concretas, é tudo isto que se impõe, perante a situação para a qual decidiram arrastar o País, que exige enfrentar a tentativa, que está em curso, de fazer passar para o povo, mais uma vez, a fatura de uma guerra ao serviço do complexo militar industrial dos Estados Unidos. Setores como a energia, a banca e a grande distribuição procuram não só garantir, como, se possível, aumentar ainda mais os seus lucros. Os preços sobem, cada um paga mais, o Governo desce impostos e perde receita fiscal,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah! Reconhece que há menos impostos!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... mas as margens de lucro mantêm-se intocáveis. Esta é a realidade que, mais uma vez, querem impor ao País e que o PCP não aceita.

O Governo toma medidas insuficientes e está mais preocupado em salvaguardar os interesses dos grupos económicos do que em conter os preços que fazem a vida negra às populações. As medidas avançadas reduzem-se ao plano fiscal e, se não forem acompanhadas pela regulação de preços, constituem, sobretudo, um efeito de desvio de receita fiscal, para proteger os lucros e a especulação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Na Coreia do Norte também fazem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sim, são precisas medidas fiscais, tal como o PCP tem vindo há muito a defender, como o fim da dupla tributação do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) sobre o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos) nos combustíveis, ou a fixação do IVA sobre eletricidade, gás e telecomunicações em 6 %.

É urgente avançar com a regulação e fixação de preços, tal como se está a fazer em França ou no Japão, com os combustíveis, na Alemanha, em relação aos preços da energia para as atividades produtivas, e em Espanha, onde, entre outras medidas, se fixou o preço da botija do gás, tal como se faz — e bem, e é para continuar — a fixação dos preços dos combustíveis nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira ou dos medicamentos, em todo o território nacional.

A situação exige medidas em diversos planos, mas exige também, e sobretudo, coragem — a coragem de regular preços do cabaz alimentar, uma medida que vai muito para lá do IVA zero, que, se for tomada de forma isolada, tal como se verificou no passado, faz com que os consumidores paguem preços altos, os produtores vejam os preços da produção continuarem a ser esmagados, o Estado prescinda de milhões de euros em impostos e a grande distribuição continue a contribuir com zero, porque foi sempre zero o que contribuiu para as situações.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Que aldrabice!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Essa mesma grande distribuição, em 2025, obteve lucros recorde, ao mesmo tempo que o cabaz alimentar não para de aumentar.

É preciso coragem para enfrentar a realidade que todos sentem — todos sentem na pele e, mais uma vez, está bem evidente — com a subida imediata do preço dos combustíveis. Quando sobe o preço do barril de crude para compras em maio, os preços dos combustíveis sobem rápido, sobem mais rápido do que a própria sombra, mesmo que esse combustível, que está a ser vendido hoje, tenha sido comprado e refinado há semanas ou meses atrás.

Até a entidade reguladora para o setor energético reconhece esta negociata em torno do preço dos combustíveis, mesmo que nada faça para proteger os consumidores e a economia nacional. É uma situação que torna ainda mais urgente a proposta do PCP de regular o preço dos combustíveis, tendo, desde logo, em conta também a realidade e as dificuldades das micro, pequenas e médias empresas e dos agricultores — dificuldades essas que estão em contraponto com a subida de 20 % dos lucros da Galp.

Não é aceitável que a mesma botija de gás, da mesma marca, da mesma empresa, custe em Portugal quase o dobro daquilo que custa em Espanha. Isto não é o mercado a funcionar, é o «sugar até mais não». Haja coragem para fixar para todos — para todos! — o preço da botija do gás em 20 €.

Já era necessário, mas agora ainda é mais urgente generalizar o acesso às tarifas reguladas, quer na eletricidade quer no gás natural, e travar o desastroso caminho que o Governo quer implementar, empurrando ainda mais consumidores para o mercado liberalizado, com os preços liberalizados, ao sabor do chamado «mercado», cujos efeitos conhecemos bem, desde logo na habitação.

Não é aceitável nem se compreende que tanta gente se debata com brutais dificuldades, para, já hoje, pagar a sua prestação ao banco, e essa mesma banca esteja a lucrar 5 mil milhões de euros ao ano, dos quais 2,6 milhões de euros resultam dessa extorsão a que se chama «comissões bancárias», muitas das quais não têm razão para existir, mas que apertam a vida das famílias e das micro, pequenas e médias empresas.

É ou não é justo que os lucros da banca suportem o aumento das taxas de juro, que já se perspetivam e que estão pré-anunciadas? É isso que propomos.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — É a Galp!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E já era assim, no seguimento das consequências das tempestades, com os apoios sempre prometidos, mas que, em grande medida, ainda não chegaram a quem deles precisa.

Porém, a situação que enfrentamos, e vamos enfrentar durante muito tempo, exige medidas renovadas de apoio direto aos setores produtivos e à atividade económica. Os agricultores, os pescadores, as empresas, desde logo as de transporte de mercadorias, o setor do táxi ou as corporações de bombeiros já não aguentam mais a situação.

No caso da agricultura, para além do apoio urgente ao gasóleo verde, é preciso avançar com a compra pública de fertilizantes, de maneira a minimizar o impacto e o agravamento dos preços, que já se estão a sentir.

Este não é o momento para mais precariedade, não é o momento para mais desregulação, não é o momento para despedimentos, para retrocessos, para roubo de direitos, para comprimir os salários e aumentar a exploração, como o Governo, mas também o Chega, a Iniciativa Liberal e o CDS querem,...

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Cá estamos! Muito obrigada!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... com o pacote laboral que estão a querer impor à sociedade.

Este é o momento para, com coragem, garantir a estabilidade, a dignidade e os direitos e aumentar os salários e as pensões. Sem um choque salarial que enfrente o brutal aumento do custo de vida, que enfrente o brutal aumento do custo dos preços, ainda mais milhares de pessoas vão ser empurradas para a pobreza.

É preciso proteger quem trabalha e quem põe o País a funcionar. É preciso valorizar quem trabalhou uma vida inteira. É preciso garantir que os jovens cá ficam, cá estudam, cá trabalham e contribuem para o presente e para o futuro do País. É isso também que está em causa, no debate que travamos hoje.

Não aceitamos e apelamos a que o povo, os trabalhadores e a juventude não aceitem e se indignem perante esta tentativa de, mais uma vez, serem os mesmos sempre a pagar a fatura...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Os mesmos de sempre são a classe média, que vocês ignoram!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... de uma crise e de uma guerra que não pediram, que não exigiram e que não são suas. Já sabemos que este Governo está ao lado da guerra e não da paz.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E ainda bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Já sabemos que aposta na exploração e não na defesa dos direitos e condições de vida do povo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E ainda bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O País não precisa disto. Precisa, isso sim, de uma política que não nos submeta aos interesses dos grupos económicos e à estratégia e à loucura da guerra, do militarismo e da agressão.

Combate à especulação, controlo de preços, aumento dos salários e das pensões — é esta a receita para enfrentar a situação que enfrentamos hoje e que vamos enfrentar durante muito tempo. É uma política a favor dos interesses dos trabalhadores, da juventude, do povo, da soberania e do desenvolvimento do próprio País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem quatro pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Só quatro?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Está cheio de sorte!

O Sr. **Presidente**: — São quatro. Como pretende responder?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Dois a dois, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Fazenda, do Partido Socialista, para o primeiro pedido de esclarecimento.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Raimundo, o Governo tem revelado uma incapacidade de gerir crises. Não sabe lidar com crises.

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Quem sabe é o PS e o PCP, queres ver?!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — E temos vários exemplos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É a Venezuela!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Foi assim nos incêndios de 2025, que não soube planear nem combater, nem soube mobilizar os apoios necessários, pois ainda hoje pessoas e empresas aguardam os apoios dos incêndios de 2025.

Também não está a ser capaz de lidar com as tempestades que recentemente assolaram o nosso País.

Protestos do Deputado do CH João Ribeiro.

São residuais as pessoas e as empresas que têm recebido apoios. Basta andar na rua e nos territórios atingidos para perceber que esses apoios não estão a chegar ao terreno.

E agora está novamente a falhar. Sim, no último debate quinzenal, o Sr. Secretário-Geral do Partido Socialista alertou para a necessidade de ser dada uma resposta rápida e robusta à escalada dos preços. O Sr. Primeiro-Ministro desvalorizou e considerou, aliás, precipitado. Ora, a resposta está à vista, é necessária uma resposta robusta, porque as respostas do Governo são respostas pífiyas,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — As do PCP são melhores!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — ... são respostas que não dão solução para os problemas dos portugueses.

Aplausos do PS.

Anunciaram medidas nos combustíveis. Ora, esta é uma medida de faz-de-conta. O Governo não está a dar nada a ninguém. O Governo está apenas a abdicar de arrecadar mais receita para os seus cofres.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É mais do que fez o Partido Socialista!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Mais ainda, quando se fala de IVA zero, o Governo nem sequer quer ouvir falar dessa medida,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não têm vergonha!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — ... uma medida que se revelou eficaz e que foi adotada pelo Governo do Partido Socialista. E depois, ao invés, o que é que temos? Aqui ao lado, Espanha apresenta um plano robusto, forte e que responde às pessoas e aqui, em Portugal, o Governo português apresenta anúncios, medidas e planos, apresenta propaganda.

Aplausos do PS.

Por isso, Sr. Deputado, aquilo que lhe pergunto é o seguinte: como é que vê este contraste entre Espanha, que dá uma resposta forte aos seus concidadãos, e Portugal, que vive da propaganda, dos anúncios e das medidas e onde não há respostas fortes para os problemas dos portugueses?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, Secretário-Geral do Partido Socialista... Desculpe, do PCP... Sabe, é que na Venezuela enganaram-se também,...

Risos da IL, do CDS-PP e de Deputados do PSD.

... chamaram «Secretário-Geral do PCP» ao Sr. Secretário-Geral do Partido Socialista.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ai, que engraçado!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade, é!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Olhe, eu cometi o mesmo erro aqui.

Protestos de Deputados do PS.

Peço desculpa, não o queria ofender: Secretário-Geral do PCP.

O PCP vem aqui, uma vez mais, pela 58.^a vez, apresentar a receita do costume, e a receita do costume para todos os portugueses é importar comunismo. Portanto, tenho um desafio para o Sr. Deputado: vamos olhar para os países que fizeram aquilo que o PCP recomenda e vamos ver onde é que eles estão hoje!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Olhe, vamos começar com a história da Estónia e da Venezuela.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Na Estónia, o jugo da União Soviética, acabou, felizmente, em 1991. A Venezuela continuou o caminho do socialismo. Onde é que está a Estónia? Onde é que está a Venezuela?

O orador exibiu um gráfico.

É bom de se ver!

Agora, vamos para a Polónia e para Cuba. Na Polónia, a mesma situação, quanto ao jugo da União Soviética. Cuba continua a seguir a receita do PCP. Onde é que eles estão?

O orador exibiu um gráfico.

Polónia aqui em cima, Cuba aqui em baixo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Depois, o exemplo preferido do PCP, a Coreia — não me ia esquecer da Coreia!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A Coreia do Norte!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O mesmo povo, a mesma cultura, a mesma religião. O que é que dividiu a península a meio? Comunismo em cima, capitalismo em baixo. Onde é que eles estão?

O orador exibiu um gráfico.

Aqui estão: a Coreia do Sul desenvolvida, milagre económico, um dos países mais ricos do mundo; na Coreia do Norte, comem relva para sobreviver!

E sabe como é que nós sabemos isto? Sabe, é que nós não temos dados! Nós temos de ir ver imagens de satélite e ver a iluminação da península, à noite.

O orador exibiu uma imagem de satélite.

Aqui é a Coreia do Sul, que está iluminada; aqui é a Coreia do Norte, que não tem luz sequer para iluminar as suas pessoas!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E Portugal?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade, é! É o socialismo no seu esplendor!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, isto é o comunismo, isto é a receita do PCP.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E Espanha?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Perante isto, Sr. Deputado, faço aqui um apelo: em vez de importar comunismo para Portugal, vamos exportar comunistas para estes países.

Aplausos de Deputados da IL e do CDS-PP.

O Sr. Deputado junta-se a Deputados do Bloco de Esquerda — o Sr. Deputado Fabian também quer ir — e do PS e vão viver para um país socialista, porque é fácil ser socialista num país capitalista.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Cuidado com essa afirmação!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vão para lá viver, sofram os agoiros que o povo sofre e depois contem-nos como foi.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Raimundo, tem a palavra para responder a estas duas perguntas, para o que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, agradeço as perguntas e até agradeço as provocações.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não é provocações, é factos, pá!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Também gosto do seu casaco, Sr. Deputado, fique a saber que também gosto do seu casaco.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Obrigado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É um bocadinho burguês!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, se me permite, na semana passada, num debate que aqui fizemos, aliás, por iniciativa da Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado, muito incomodado com o facto, objetivo e inquestionável, do vosso apoio à agressão ao Irão e à guerra que está em curso neste momento,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Falso!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... perante esta afirmação que não foi capaz de contestar, nem pode...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Contestei, sim!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Posso falar?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É falso!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Perante a afirmação, que não foi nem é capaz de contestar, encheu o peito e disse assim: «Nós estamos preocupados é com o bolso dos portugueses! Nós estamos preocupados é com a vida dos portugueses!». Pois, o Sr. Deputado utilizou os seus 2 minutos para me falar de Cuba, Coreia, Venezuela, Polónia, Estónia, por aí fora, e disse zero sobre a vida dos portugueses.

Vozes do PS: — Exato!

Protestos da IL e de Deputados do CH.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Haja vergonha, Sr. Deputado!

Risos de Deputados do CH.

Peço desculpa, mas haja vergonha!

É, de facto, demasiado. Fale sobre a vida dos portugueses! Fale sobre a situação concreta!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É o que fizemos na semana passada!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — É o que estamos a fazer!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Fale sobre aquilo que está a ocorrer neste momento, com os preços a subirem, nós a pagarmos cada vez mais, o Governo a decidir que é para baixar os impostos e as grandes superfícies não dão — zero! — 1 cêntimo da sua margem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não dão 1 cêntimo da sua margem de lucro para enfrentar a situação que estamos a viver.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não pagam impostos?! Não pagam salários?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É disto que estamos a falar!

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Sr. Deputado, quer falar de iluminação? Então eu falo de iluminação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fala da Câmara de Lisboa!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Falo da Rede Elétrica Nacional, falo da rede de distribuição nacional, falo dos aeroportos, falo dos portos, falo das telecomunicações. Está tudo nas mãos não é dos coreanos, não é dos cubanos, mas também não é dos portugueses.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É dos chineses!

Risos de Deputados da IL.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sim, sim, não há nada nas mãos dos portugueses! E isto é que faz com que nós, depois das tempestades,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Calma!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... tenhamos visto o que aconteceu. Uma semana — vejam bem! — para conseguirmos abrir quatro troços de autoestrada, para as pessoas circularem.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Acha muito?!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Nos países comunistas, nem há autoestradas!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Acha que isto é normal, Sr. Deputado? Acha que é normal um país estar nas mãos dos grupos económicos desta maneira, tal como está?

Sr. Deputado Nuno Fazenda, peço desculpa, eu queria responder à sua questão, e agradeço tê-la feito. De facto, há uma diferença entre a realidade e a propaganda.

Risos da IL.

Vozes do CH: — Pois há!...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Está aqui!

O orador exibiu novamente um gráfico.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É que a realidade é a vida difícil, a realidade é a situação exigente com que estamos confrontados! Srs. Deputados, é que isto não vai acabar ontem, isto vai continuar, e é preciso tomar medidas em função da vida e da realidade, não da propaganda e da ilusão.

Estamos de acordo: temos um Governo mais preocupado com a propaganda, com a ilusão, com os anúncios...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faz uma frente de esquerda!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... do que com as questões objetivas da vida das pessoas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ainda assim, bem melhor do que o PS!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vou dar agora a palavra, para os dois pedidos de esclarecimento seguintes, mas é assim: fico sempre indeciso se hei de interromper um raciocínio que está a ser feito, com os Srs. Deputados a falarem sem permitem que o orador seja ouvido, o que é perturbador. Se interrompo, é desagradável; se os deixo a fazer barulho, desagradável é!

Ajudariam muito a Mesa, sobretudo quem faz o pedido de esclarecimento e esteja interessado em ser esclarecido e os outros, se tivessem respeito em relação a cada orador que responde às perguntas que lhe são feitas. Também ajudavam a Mesa, nesse sentido.

Sr.^a Deputada **Isaura Morais**, do PSD, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, ouvi com atenção a sua intervenção inicial e registei a preocupação do Sr. Deputado com os grandes grupos económicos. Por duas vezes, referiu os grandes grupos económicos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Só duas? Foram mais!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Nós estamos preocupados com os portugueses e estamos preocupados com a sociedade portuguesa no seu todo, e este Governo não necessitou de que existissem situações adversas que impactassem os portugueses para começar a tomar medidas, nomeadamente, com os trabalhadores e com os mais vulneráveis. Quando digo «com os trabalhadores» refiro-me diretamente ao acordo tripartido que foi assinado entre este Governo e os parceiros sociais — alguns, pois a CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional) não assinou! —, com o objetivo claro do aumento de rendimentos, o aumento do salário mínimo,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Médio!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — ... mas principalmente o aumento do salário médio, para mudar a trajetória que tinha, em que estava praticamente colado ao salário mínimo.

Da mesma forma, para os mais vulneráveis, o Governo fez vários aumentos, no complemento solidário para idosos, mas não só; também nos medicamentos,...

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — ... que passaram a ser comparticipados a 100 % para estes beneficiários.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Por isso, Sr. Deputado, a pergunta que lhe quero deixar é se o PCP confia na sociedade portuguesa e nos seus parceiros para prosseguir o desígnio de continuarmos a aumentar a

competitividade do nosso País, a aumentar a produtividade e a aumentar os salários, para que a nossa sociedade possa ficar mais resistente, mais resiliente, mais justa e também para termos um Estado social mais justo e mais forte.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Afonso, do Chega, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, ouvi a sua intervenção e confesso que fiquei na dúvida sobre se estamos em 2026 ou num congresso do PCP de 1974,...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Antes ou depois do 25 de Abril?

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — ... porque, sempre que há um aumento de preço, o PCP tem a mesma resposta automática: controlar, tabelar, limitar, proibir. Como se a economia fosse um quadro de giz onde basta apagar os números para que eles deixem de existir!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É verdade!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Os portugueses pagam dos combustíveis mais caros da Europa, e sabe porquê, Sr. Deputado?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — A culpa é do PCP?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Por causa dos lucros!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Porque nós temos uma imensa carga fiscal, que leva mais de metade dos preços dos combustíveis. Mas curiosamente, o PCP nunca começa por aí! O PCP nunca quer baixar impostos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Ouviu o que eu disse?

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — O PCP quer mandar no preço. É extraordinário, Sr. Deputado!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Ouviu o que eu disse?!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Mas quando um Estado fixa um preço abaixo do custo real acontecem sempre três coisas:...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quem é que falou nisso?!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — ... desaparece o incentivo à importação, reduzem-se o investimento e a oferta e nasce imediatamente a escassez. E isto, Sr. Deputado, não é opinião, isto é pura economia básica.

Antes que venha dizer que em Portugal seria diferente, vamos aos exemplos, que os senhores nunca gostam de ouvir. Efetivamente, já se falou aqui no caso da Venezuela, não é?! Imaginem o feito histórico de um país que vive à custa de petróleo, mas que tem falta de gasolina! Não consegue sobreviver porque tem falta de gasolina, Sr. Deputado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A Venezuela importa!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aos teus amigos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, roubar é convosco!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — E é aqui, Sr. Deputado, que entra a contradição do PCP: os senhores dizem defender os trabalhadores, mas as políticas que defendem atingem sempre primeiro quem depende do carro para trabalhar, quem vive fora dos grandes centros urbanos e quem não tem alternativa.

Quando há escassez, não sofre quem tem motorista e cartão da empresa, Sr. Deputado. Quem sofre é precisamente quem tem de abastecer às 6 horas da manhã para ir trabalhar, Sr. Deputado!

Portanto, deixo-lhe estas questões: quem paga a diferença, quando o preço é artificialmente baixo? É o contribuinte, é a dívida pública ou simplesmente deixamos de ter combustível disponível?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — E, quando as empresas deixarem de importar, porque vendem com prejuízo, o PCP vai nacionalizar as gasolinhas...

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — ... ou vai criar algum ministério do abastecimento, Sr. Deputado?

Aplausos do CH.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Vocês combinaram esta intervenção?!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Paulo Raimundo dispõe agora de 3 minutos para esclarecer as perguntas que lhe foram colocadas.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, agradeço as questões colocadas.

Sr.^a Deputada Isaura Morais, nós referimos os grupos económicos... Não há nada que nos mova, de forma particularmente...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Nada!...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não há nada que nos mova, com particular gosto, contra os grupos económicos. Até lhe digo mais: nós não temos nada contra o lucro. A questão é outra.

Vozes da IL: — Oh!

Vozes do CH: — Calma!...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isto é histórico!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A questão é outra: como é que o lucro que é criado a partir do trabalho, a partir de quem produz a riqueza, a partir do esforço físico e mental de quem trabalha, de quem põe o País a funcionar, é distribuído de forma melhor e mais justa, nomeadamente no conjunto? Esta é que é a questão.

Portanto, Sr.^a Deputada, com franqueza lhe digo, e não leve a mal o tom, não quero ser ofensivo: essa conversa de que é preciso aumentarmos a produtividade ainda mais,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... de que amanhã é preciso criarmos ainda mais riqueza,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois é!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): —... para depois, se não chover, podermos distribuir melhor a riqueza que é criada,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... esbarra numa questão concreta. Sr.^a Deputada, é que a riqueza vai ser criada amanhã, e eu também quero que seja mais ainda; a produtividade pode ser aumentada amanhã, e eu também quero que seja mais ainda; mas a riqueza também foi criada ontem, e também está a ser criada hoje!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É pouquinho!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E a questão é esta: como é que a riqueza que foi criada está a ser distribuída, nomeadamente pelos salários? Este é que é o problema, e é isto que leva à injustiça e às desigualdades.

Sr.^a Deputada, com franqueza lhe digo que nós temos uma confiança inabalável na força do povo, temos uma confiança inabalável na força da juventude, na força daqueles que trabalham.

Risos e protestos dos Deputados do CH Rui Afonso e Rodrigo Alves Taxa.

Não temos, Sr.^a Deputada, com todo o respeito, é nenhuma confiança nas opções políticas do seu Governo e nesse caminho desastroso a que está a levar o País, em relação às condições de vida de quem trabalha, às condições de vida daqueles que querem cá trabalhar e viver, em particular os jovens, neste caminho desastroso de destruição dos serviços públicos e nesta subserviência e esta submissão à guerra, à agressão e à loucura do militarismo. Peço desculpa, mas não a acompanho nessa reflexão.

Sr. Deputado Rui Afonso, não sei se ouviu o que eu disse dali de cima, da tribuna,...

Protestos do Deputado do CH Rui Afonso.

... mas não deve ter ouvido, de certeza, porque, se tivesse ouvido, não poderia ter afirmado o que afirmou. Se tivesse ouvido o que eu disse, nunca poderia ter dito que nós propusemos que se devia baixar os preços abaixo dos custos de produção. Onde é que eu disse isso, Sr. Deputado?!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Então como é que fazia?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Onde é que eu disse isso, Sr. Deputado?!
Portanto, não venha com essa história...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Como é que baixava os preços?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Até lhe digo mais: essa conversa, eu sei para que é que serve! Essa conversa serve para montar uma cortina de fumo para esconder a questão de fundo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas como é que limitava?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É que é tudo tocado menos as margens de lucro, que são sempre intocáveis! E é isso que o Sr. Deputado quer defender.

Peço desculpa, mas a mim não me engana, e cada vez menos engana os portugueses!

Aplausos do PCP.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês é que não enganam ninguém! São só três, já não enganam!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Está concluída esta intervenção.

Vou aproveitar para anunciar à Câmara, porque as galerias estão cheias, que estão a assistir aos nossos trabalhos os alunos e professores da Escola Secundária Raul Proença, de Caldas da Rainha; alunos e professores da Escola Secundária de Campos Melo, da Covilhã, alunos e professores do Agrupamento de Escolas Martim de Freitas, de Coimbra; 30 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Caneças; alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Nisa; alunos e professores do Passeio Municipal Sénior, de Paços de Ferreira; alunos e professores da Escola Básica 2/3 de Pegões; e um grupo de alunos e professores da Escola Secundária Dr. Guilherme Correia de Carvalho, de Seia.

Aplausos gerais.

Agora, para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Economia.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Secretário de Estado da Economia** (João Rui Ferreira): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O início de 2026 é marcado por circunstâncias inesperadas, imprevisíveis e que, efetivamente, trazem desafios nacionais e globais ao País. Reconhecemos, por isso, e enquadrados neste debate, a preocupação dos portugueses e das empresas com os impactos desta guerra na sua vida e na sua atividade económica. O Governo agiu e respondeu a este contexto.

O que estamos a viver resulta de uma circunstância externa, de natureza essencialmente energética, associada à instabilidade no Médio Oriente, em particular às tensões em torno do estreito de Ormuz, uma infraestrutura reconhecidamente crítica para o transporte global de gás e petróleo.

Os efeitos deste tipo de fenómenos estão bem identificados. Refletem-se nos preços da energia, nos custos de transportes, nas cadeias de abastecimento, podendo, objetivamente, chegar às empresas e às famílias. Em cada setor de atividade, porém, temos realidades diferentes, com impactos diferentes e não devemos fazer atuações e comparações simplistas.

Portugal é uma economia aberta ao exterior, com exportações que cresceram, que ultrapassaram os 130 000 milhões de euros, e temos níveis de investimentos historicamente elevados, tendo 2025 sido um ano recorde. Temos um crescimento significativo do rendimento disponível das famílias nos últimos dois anos e um nível de desemprego historicamente baixo.

Por tudo isso, o dinamismo e estabilidade de Portugal têm vindo a ser internacionalmente reconhecidos por diversas publicações globais, mas também por diversas agências de *rating*. Nada disto nos deslumbra, mas, sobretudo, reforça a nossa motivação e sentido de responsabilidade. Portugal enfrenta este início de 2026 numa posição mais robusta do que no passado recente. Nenhum destes resultados elimina os riscos que enfrentamos, mas permitem-nos responder com mais critério, mais foco e mais responsabilidade, porque nestes momentos importa combinar rapidez com eficácia, e é isso que estamos a fazer.

Olhar para o contexto também é estrutural. Esta situação confirma uma lição. A dependência de combustíveis fósseis aumenta o risco para garantir a estabilidade económica. A boa notícia é que Portugal tem vindo a reduzir esta dependência. Assente no facto de que 70 % da energia consumida em 2025 teve origem em fontes renováveis e de que Portugal apresenta os custos de produção de energia mais competitivos da Europa, o Governo mantém a orientação numa política industrial que combina eficiência ambiental com vantagens económicas industriais.

A questão central, por isso, não é apenas produzir energia. É transformar esta vantagem numa base produtiva sólida, atrair investimento e desenvolver indústrias para exportar mais e melhor. E é isso que estamos a fazer.

No Portugal 2030, estamos a mobilizar um instrumento de mais de 1100 milhões de euros, o Programa STEP (Strategic Technologies for Europe Platform), que aposta em tecnologias estratégicas, entre as quais as tecnologias limpas e eficientes, focadas na transição e eficiência energética, na produção e armazenamento, nas redes inteligentes e na descarbonização industrial.

Desta forma, estaremos menos dependentes de combustíveis fósseis e ainda mais preparados para momentos como os que vivemos. Sempre com um foco na inovação e no valor, este programa também privilegia as tecnologias digitais, o *Deep Tech* e ainda as Ciências da Vida e a Biotecnologia, tudo com vista ao reforço da competitividade do sistema produtivo nacional.

Ainda no Portugal2030, temos em curso medidas direcionadas à descarbonização, que apoiam as operações que visam a redução de consumos da energia e das emissões de gases, nomeadamente através da substituição, adaptação ou introdução de equipamentos, processos e tecnologias de baixo carbono e que, de forma complementar, possam incorporar fontes de energia renovável.

No âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), após uma programação e através de um instrumento financeiro de inovação e competitividade, criámos medidas de apoio à reindustrialização, defesa e o duplo uso e adoção de inteligência artificial nas PME (pequenas e médias empresas), medida que destaco, pois permitiu chegar a mais de 2000 PME, com um incentivo público de 323 milhões de euros, efetiva injeção direta na nossa economia.

Estamos também a reforçar a ligação entre o sistema científico e tecnológico e as nossas empresas, com vista a acelerar a transferência de conhecimento e a inovação. E com a criação desta nova Agência para a Investigação e Inovação teremos uma reforma única no País, que consiste numa visão a médio prazo de valorizar a transferência para o mundo real daquilo que melhor se produz no conhecimento em Portugal.

Ambicionamos, com tudo o que elenquei, continuar a trajetória para uma economia mais robusta, aberta ao investimento, com instrumentos mais concretos ao serviço das empresas e do País e, assim, efetivamente, sim, potenciar mais e melhores salários.

Também aqui, no curto prazo, mas com vista a garantir liquidez e tesouraria ao tecido empresarial, o Banco Português de Fomento tem dado um impulso significativo na sua ação e atuação. Combina agilidade com rapidez e fez chegar a mais de 20 000 empresas crédito que ascendeu a 5,7 mil milhões de euros e, já em 2026, na resposta à tempestade Kristin, apoiámos mais de 6000 empresas num montante global de 1300 milhões de euros. Através destas linhas, com garantia pública e condições muito competitivas, permitimos responder num contexto exigente sem comprometermos a atividade futura.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, é essencial apoiar no presente sem comprometer o futuro. O que funciona são medidas direcionadas, calibradas e adaptadas à realidade económica, sempre com um princípio claro: proteger famílias e empresas, com equilíbrio e sentido de responsabilidade.

São disso exemplo as medidas tomadas no âmbito dos combustíveis, quer na redução do ISP apoio extraordinário ao gasóleo profissional, quer no aumento do apoio à botija solidária, que passou de 15 € para 25 €.

Quero sublinhar que as reduções do ISP demonstram claramente que o Governo não lucra com a crise, mas antes atua para mitigar o impacto nas pessoas, mesmo num contexto internacional adverso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado da Economia**: — Outro ponto essencial é o funcionamento do mercado e o sentimento de confiança. E aí a ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) tem reforçado a sua atuação no terreno, com monitorização contínua e operações específicas no setor dos combustíveis. O objetivo é garantir a transparência, proteger os consumidores e prevenir práticas abusivas, nomeadamente que possam ter regimes de especulação.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero sublinhar de forma muito clara: temos estado no terreno, estamos próximos das empresas e de todos os setores. Mantemos uma auscultação permanente das associações industriais, com foco nos setores intensivos em energia e, sobretudo, com as empresas expostas à concorrência global.

Sabemos que o impacto desta situação não é igual para todos e, por isso, temos de atuar numa resposta pública, direcionada, focada e adaptada à realidade em cada momento. Estamos atentos, estamos próximos, estamos a acompanhar e vamos agir sempre que necessário.

O que ambicionamos e o que desejamos, diria, é que este seja, de facto, um período transitório e que não se torne uma dificuldade estrutural para a nossa economia. Porém, se a situação se prolongar, estaremos preparados para adaptar e ajustar as respostas, sempre com base em critérios objetivos, sempre com sentimento de responsabilidade e sempre em articulação com o quadro europeu, porque, sim, esta é também uma resposta que exige coordenação europeia e Portugal estará alinhado com a Comissão, garantindo estabilidade e previsibilidade na nossa atuação.

Antes de terminar, reforço a necessidade de continuarmos a acompanhar permanentemente o contexto internacional e de aplicarmos medidas adequadas no tempo certo, assegurando que Portugal responde de forma eficaz, equilibrada e responsável aos desafios que enfrenta. Continuaremos, por isso, a ouvir, a ajustar e a trabalhar em conjunto com as pessoas e com as empresas, para apoiar a economia e reforçar a competitividade do nosso País.

A nossa política não se rege apenas por reagir à crise; está alinhada com a perspetiva de que temos um futuro, com a maior confiança — inabalável — nos portugueses. Esta é a linha de atuação que temos seguido e esta é a linha de atuação que continuaremos a seguir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado da Economia, a Mesa regista cinco pedidos de esclarecimento. Pergunto ao Sr. Secretário de Estado como pretende responder.

Pausa.

O Sr. Secretário de Estado indicou à Mesa que responderá a todos os pedidos de esclarecimento em conjunto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Reposta a todos? Tem tanto tempo para responder...!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Resposta a todos é para não responder nada! Faz um discurso!

O Sr. **Presidente**: — Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, ao longo de 9 minutos falou de eficácia, mas a verdade é que as medidas que o Governo anunciou não têm qualquer eficácia perante a escalada de preços com que o nosso povo e o País estão confrontados.

Não deu resposta às populações, aos pequenos agricultores, aos pescadores, aos micro, pequenos e médios empresários, aos bombeiros. A escalada de preços no nosso País é o resultado de uma guerra que os senhores, a Iniciativa Liberal e o Chega apoiam.

Risos da IL.

Vozes do CH: — Ah! O Chega foi contra!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Portanto, são também responsáveis pelo agravamento das condições de vida. Há também quem se aproveite, nomeadamente os grupos económicos, e utilize a guerra para especular, só com o objetivo de aumentar ainda mais os seus chorudos lucros.

Desde o início da guerra, o gasóleo, ao todo, aumentou 0,40 €, a gasolina 0,22 €. A botija do gás, que atualmente custa 30 € a 35 €, pode subir para cerca de 40 € no próximo mês de abril — isto quando a Galp obteve mais de 1000 milhões de euros de lucros em 2025, um aumento de 20 % face ao ano anterior.

Não pode ser o povo a pagar novamente a fatura da guerra, nem pode o Estado ser prejudicado enquanto os lucros dos grupos económicos permanecem intocáveis.

Protestos da IL.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Intocáveis?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — A questão que lhe faço é se o Governo vai, de uma vez por todas, colocar os lucros dos grupos económicos a suportar a escalada de preços. Já se percebeu que medidas unicamente fiscais não são eficazes, não baixam preços porque podem ser apropriadas pelas margens dos grupos económicos e retiram receita ao Estado. Quem verdadeiramente está a engordar são os grupos económicos, à custa do empobrecimento de quem trabalha e trabalhou uma vida inteira.

Por isso, vai ou não o Governo proceder à regulação dos preços dos combustíveis, removendo as componentes especulativas? Vai ou não fixar o preço do gás engarrafado? São milhares de famílias com baixos rendimentos que utilizam gás de botija e que ficam de fora do tal programa designado por botija solidária.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Luís Testa.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ui!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o País enfrenta uma grave crise energética. Está aos olhos de todos que a escalada dos preços nos combustíveis não deixa outro resultado do que não identificar este momento como uma crise energética.

Aquilo que está a acontecer é que qualquer medida que tenha sido, e que tem vindo a ser, aplicada por este Governo não é eficaz, é insuficiente e não se traduz num benefício para as populações nem para as empresas, porque todas as semanas os combustíveis sobem mais do que qualquer auxílio que este Governo tenha prestado.

E perguntamos ao Governo: do que é que está à espera para adotar pacotes robustos de auxílio às famílias, às pessoas e às empresas? Do que é que estão à espera? Do que é que este Governo está à espera?

Protestos da IL.

Hoje, obtivemos a resposta. O Governo está à espera de que haja uma repentina transição energética. Foi esta a explicação que foi aqui dada pelo Secretário de Estado da Economia: «É porque hoje nós estamos mais capazes, mais fortalecidos, mais resilientes e vamos transitar rapidamente para as fontes renováveis.»

Sr. Ministro, Sr.^a e Srs. Secretários de Estado, a pergunta que deixo é: de que é que estão à espera para ajudar as famílias, as pessoas, as empresas? É que há uma coisa de que vocês não estão à espera, mas vai acontecer: um terrível desastre económico, se não for prestado um auxílio robusto a este País, do ponto de vista do combate à inflação dos combustíveis.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD João Antunes dos Santos.

Façam como outros países que têm o nosso perfil económico e que concorrem connosco, cujas empresas concorrem com as nossas, como por exemplo, a Espanha, com um forte pacote de auxílio às famílias, às pessoas e às empresas. É isto que o Governo tem de fazer, não outra coisa, não uma invenção, não uma repentina transição energética, como nos foi aqui paulatinamente sugerido.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado João Ribeiro, do Chega.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, custa-me muito dizer isto, mas a única boa notícia que temos hoje é que o petróleo ontem desceu, e continua hoje...

Vozes do CH: Muito bem!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — ... a negociar abaixo dos 100 \$.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É dos vossos amigos!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Infelizmente, se os portugueses estão à espera de alguma medida do seu Governo para os ajudar neste aumento dos preços, podem esperar sentados e andar a pé, porque o combustível está a subir terrivelmente.

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Queria perguntar-lhe: o Sr. Secretário de Estado falou da transição energética, mas ela está a transformar o nosso País com painéis solares e isso não se vê na baixa dos custos de energia. Temos também a central a carvão fechada pelo PS — será que ela não nos fazia falta agora?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! É verdade!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Qual é a vossa opinião sobre isso? E o nuclear?

Aplausos do CH.

Será que não é altura de pensarmos nessa transição energética com várias opções, para não estarmos limitados a uma única fonte de energia?

E, ao contrário do que a comunicação social tenta passar, continua a compensar ir a Espanha abastecer, com cerca de 0,20 €, 0,30 €/l de poupança. Para não falar da botija de gás, que é menos de metade. Continua — não esteja a acenar com a cabeça Sr. Secretário de Estado — a ser mais rentável ir a Espanha.

Um português, nas zonas fronteiriças — isto é muito evidente —, vai a Espanha,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — ... poupa 30 € e traz duas botijas de gás, que é o máximo que pode trazer. Poupa 15 € porque abasteceu o depósito. Mas pior: acaba por fazer lá as compras. É a economia que sai das regiões fronteiriças.

A questão importante que gostava de colocar é: para um Governo que diz que uma renda moderada é de 2300 €,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — 2300 €?!

Risos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — ... qual é o valor do preço por litro que é moderado para os portugueses?

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

É 1 €, 1,5 €, 2,5 €, 3,5 €, 5 € por litro?

Aplausos do CH.

É que é muito importante percebermos isto, que é para saber quando é que o Governo de Portugal vai tomar medidas efetivas para mitigar — pelo menos mitigar — este ataque que está a ser feito às carteiras dos portugueses.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Estão a lucrar milhões!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Por isso, a pergunta é muito óbvia: para este Governo, qual é o preço moderado do litro do gasóleo e da gasolina?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, tem a palavra, para pedir esclarecimentos.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado, começo por uma nota inicial de reconhecimento de mérito do Governo: realmente, é notável a sua confiança na autorregulação dos mercados, mesmo quando a evidência mostra que, num choque como aquele por que estamos a passar, o mercado responde com volatilidade extrema e margens oportunistas.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

A escalada de preços originada pela guerra de Trump no Médio Oriente é uma onda de choque sobre as famílias e sobre as empresas, e merece uma resposta estrutural e realista.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Enquanto Espanha lança um plano de 5000 milhões de euros para conter o impacto da crise energética, atuando sobre impostos, transportes e apoios diretos; enquanto a Grécia impõe tetos temporários às margens em combustíveis e supermercados;...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Grécia é um bom exemplo!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — ... enquanto até a Itália...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Até a Itália!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — ... criou apoios diretos ao custo dos combustíveis; enquanto outros países atuam, o Governo português insiste na técnica do «vamos ver se isto passa».

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

Protestos do CH.

Sr. Secretário de Estado, o gasóleo já subiu 0,40 €/l — um litro de gasóleo custa, hoje em dia, 2,20 €. A gasolina subiu 0,22 €/l. Os preços dos bens alimentares escalam e vão continuar a escalar porque, de facto,

não vislumbramos fim a este conflito. Além disso, os efeitos que ele tem, e vai ter — mesmo que termine agora —, vão continuar a repercutir-se.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Como é que sabem?! Têm um oráculo?!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado, o que vão fazer para limitar os aumentos dos preços e, em especial, os aumentos oportunistas das margens de lucro dos combustíveis e dos bens alimentares? O que vão fazer neste sentido para apoiar as pessoas, as famílias e as empresas?

Aplausos do Livre.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Como é que sabem?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, tem a palavra, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretários de Estado, já aqui temos afirmado que as guerras aproveitam muito a quem as decide,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ui!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... e que são sempre mais um pretexto para o agravamento dos preços dos bens e serviços essenciais, para dar livre curso à cavalgada especulativa que enche os cofres dos grandes grupos económicos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ah!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Rússia! Está farta de ganhar!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Entre a primeira semana do ano e a semana passada, o preço do cabaz monitorizado pela DECO (Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor) subiu para 254,32 €, mais 12,49 €.

Protestos de Deputados do CH e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Não estamos a falar de bens de luxo, Srs. Membros do Governo. Estamos a falar de legumes, de peixe, de massas, de alimentos que fazem falta às pessoas. A curgete aumentou em 24 %, a dourada em 23 %, e poderia ir por aí fora — e não se ria, Sr.^a Secretária de Estado, parece que não vai às compras.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Se calhar não!

Vozes do CH: — Eh!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vais ao Pingo Doce!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Não se ria! Não se ria!

Protestos do CH.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — A guerra no Irão está a piorar a escalada dos preços, e de que maneira!

A Associação das Empresas de Distribuição já veio avisar que, nas próximas duas semanas, os preços vão aumentar muito mais, em consequência da guerra que os senhores apoiam, mas que não está disposta a mexer nas margens. Pudera, os lucros são sagrados.

Sr.^a Secretária de Estado, por que razões os lucros dos grandes grupos económicos são e continuam intocáveis? O Governo tem justificado o seu pacote laboral para que as empresas ganhem mais e possam pagar melhor.

Mas, então porque é que a Jerónimo Martins...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ah!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E a Sonae?!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... e porque é que a Sonae,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ah!

Protestos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... que têm lucros fabulosos de milhões e milhões de euros, não pagam melhor aos seus trabalhadores?

Há aqui um mistério que é preciso esclarecer. E não vale a pena invocar a tragédia das guerras, Srs. Membros do Governo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Quanto é que o PCP paga aos funcionários?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, tem a palavra para responder a um conjunto de perguntas. Dispõe de 3 minutos, faça favor.

O Sr. **Secretário de Estado da Economia**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a primeira nota é mesmo para dizer que ninguém está à espera de que nada passe. Aquilo que estamos a fazer — e fizemos muito antes de Espanha, em algumas medidas — é mesmo atuar.

Sr.^a Deputada Paula Santos, quero recordar-lhe que muitos dos temas de que falou foram elencados pelo Sr. Primeiro-Ministro e já foram anunciadas essas medidas para bombeiros, pescadores, associações humanitárias. E ainda hoje o Sr. Ministro da Agricultura teve a oportunidade de anunciar que haverá, também, apoios ao setor da agricultura e aos agricultores.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O gás de botija, aliás, de que falou, teve já um aumento no apoio,...

O Sr. **João Torres** (PS): — De quanto?!

O Sr. **Secretário de Estado da Economia**: — ... na botija solidária, de 15 € para 25 €.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Sr. Deputado Luís Testa, não temos dúvidas, e concordamos que a transição energética é mesmo um caminho para continuar e que é isso que nos vai permitir enfrentar melhor as situações.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Mas é agora? De uma vez só?!

O Sr. **Secretário de Estado da Economia**: — É agora. Por isso, enunciei um conjunto de medidas e um conjunto de apoios que o Governo tem tido, numa trajetória evidente, clara e única, de que esse é o caminho a seguir, sem, obviamente, estarmos desatentos, como disse e repito, à situação e à conjuntura atual.

Sr. Deputado João Ribeiro Santos,...

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — João Ribeiro, só. É só João Ribeiro.

O Sr. **Secretário de Estado da Economia**: — Desculpe. Sr. Deputado João Ribeiro, do Chega, disse que a boa notícia era que o preço do petróleo tinha baixado ontem, mas também baixou hoje; isso também é uma boa notícia. E queria reforçar que, efetivamente, tomámos medidas — algumas das que referiu — antes de Espanha. E pôs duas questões sobre se íamos repensar a abertura das centrais a carvão ou pensar no nuclear.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sim, no nuclear.

O Sr. **Secretário de Estado da Economia**: — Aquilo que eu disse, na intervenção que fiz, foi que o nosso foco na transição energética é indiscutível — vamos continuar, objetivamente —, mas que, no contexto global, teremos de pensar todas as opções.

Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, enunciou um conjunto de medidas — da Espanha, da Itália, da Grécia, enfim. Portugal já apresentou um conjunto de medidas. E não me queria repetir, mas atuaremos e tomaremos as medidas nas circunstâncias em que tivermos de atuar. Há indicadores que ainda não estão,...

Tendemos a comparar esta crise com aquilo que aconteceu, por exemplo, em 2022. As circunstâncias são muito diferentes, as medidas foram tomadas em momentos diferentes, em contextos de inflação diferentes, em contextos de evolução de preços diferentes.

E ao Sr. Deputado Alfredo Maia — que cumprimento — queria também dizer-lhe que aquilo que, objetivamente, pretendemos das nossas economias, das nossas empresas, sem nenhum anátema sobre ninguém, é mesmo que possam aumentar os seus lucros, para os poderem distribuir e melhorar a vida de todos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Cação, do PSD, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Cação** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a e Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A crise de preços da energia que hoje discutimos é real, sente-se nas empresas, sente-se nas famílias e sente-se, de forma muito concreta, nos bolsos portugueses. Não vale a pena desvalorizar. A situação é difícil, mas também não é correto simplificar.

Sabemos bem a origem desta crise, ela é clara. Resulta da instabilidade geopolítica, da pressão sobre os mercados internacionais e, muito concretamente, das tensões no Médio Oriente.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Mesmo não tendo origem no nosso País, tem efeitos diretos na nossa economia e, por isso, exige resposta. E é aqui que importa ser claro.

A situação é internacional, mas nem todos os países estão na mesma posição para enfrentar esta crise. Portugal está hoje numa posição mais favorável do que a de muitos outros países e do que estaria há uns anos. E porquê? Porque se investiu, porque se diversificou e porque se apostou nas energias renováveis. Hoje, cerca de 80 % da eletricidade produzida em Portugal tem origem renovável.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Sabemos que isto não elimina o problema, mas faz toda a diferença. Sem esse investimento, o impacto desta crise no preço da energia seria muito mais pesado e a nossa soberania energética estaria hoje seriamente comprometida.

Mas não ignoramos a realidade. O preço da eletricidade continua a ser influenciado pelo gás e isso significa que continuamos expostos ao exterior. Este é um problema real, é um problema europeu.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, perante a crise, não basta descrever, é preciso agir e agir com equilíbrio. No imediato, o Governo tem vindo a adotar medidas concretas. Desde logo: a redução e ajustamento do ISP, para amortecer diretamente a subida dos preços dos combustíveis; apoios ao gás engarrafado, essencial para muitas famílias, como aqui também já foi dito; e mecanismos de apoio a diversos setores mais expostos, como os transportes. Foi ainda criado um quadro legal para situações de crise energética, um instrumento que permite agir quando o mercado falha, que permite limitar preços da eletricidade, proteger famílias e empresas e garantir que o Estado não fica de mãos atadas num momento crítico, sem necessidade de processos adicionais ou bloqueios desnecessários.

Mas o Governo não ficou por aqui. Porque esta crise não se resolve apenas com medidas de curto prazo, há necessidade também de uma resposta estrutural, e é aqui que se prepara o futuro.

Na semana passada foram aprovados três diplomas muito relevantes: zonas de aceleração para renováveis, para investir mais rápido; simplificação do autoconsumo, para reduzir a burocracia; maior flexibilidade na rede, para desbloquear projetos. E, ao mesmo tempo, avança-se no biometano — mais fontes, menos dependência, um sistema mais robusto.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, olhemos também para o que está a acontecer na Europa: os países estão a intervir, mas, também aqui há diferenças. Aquilo que hoje vemos ser anunciado noutros países, nós já o tínhamos feito,...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Oh!

O Sr. **Carlos Cação** (PSD): — ... nomeadamente com a eliminação de mecanismos como o *clawback* e a CESE (contribuição extraordinária sobre o setor energético) no Orçamento do Estado para 2026.

Mas, é importante dizer isto com clareza: não há soluções mágicas, não há respostas simples para problemas complexos.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Prometer tudo a todos pode ser politicamente fácil, mas não resolve o problema. O que é exigido é responsabilidade. Responsabilidade para proteger no imediato, sem comprometer o futuro; responsabilidade para responder à crise, sem criar novas fragilidades.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, é precisamente isso que está a ser feito, agir agora para proteger famílias e empresas e, ao mesmo tempo, reforçar o sistema para o futuro. Num contexto de instabilidade internacional, isso faz toda a diferença e é o que nos permite, ao País, não ficar refém da crise e continuar a garantir estabilidade e proteção a quem mais precisa, colocando sempre os portugueses em primeiro lugar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem um pedido de esclarecimento da Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Cação, queria-lhe fazer a seguinte pergunta, porque na sua intervenção registámos que, relativamente à situação internacional, parece que foge a referir que há uma guerra em curso, que ela é feita ao arrefio do direito internacional, pelas mãos dos Estados Unidos da América e de Israel contra o Médio Oriente, que o Governo do PSD e do CDS envolveu Portugal nessa agressão militar ao arrefio, como referi, do direito internacional...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E na Ucrânia? Também?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — À Rússia não fizeram essa crítica!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... e que são também responsáveis pela situação que está a acontecer neste momento no nosso País, com as consequências dessa guerra, que é esta escalada de preços. E é importante assumir todas as responsabilidades relativamente a esta matéria, porque se hoje há esta escalada, é resultante dessa situação, do aproveitamento que também daí decorre. Mas parece que o PSD e o CDS querem escapar e fazer de conta que não é nada consigo.

Mas a questão que lhe queria formular prende-se com o seguinte: mais uma vez, vem aqui falar de um país ficcionado e a realidade é bem diferente. É importante que ouça as populações, que referem as dificuldades que têm na aquisição dos bens essenciais, como os alimentos. É importante que ouça os pequenos agricultores, os pescadores, as micro, pequenas e médias empresas, os bombeiros, o setor do táxi, todos eles profundamente afetados com esta situação, mas as medidas do Governo não são suficientes para a resposta que é necessária. E a questão que aqui se coloca é esta: o que é que impede o Governo de tomar a decisão e intervir onde é necessário? Porque é que não coloca as margens de lucro, por exemplo, dos grupos económicos da área energética, a suportar esta escalada?

Protestos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Porque é que o Governo, não torna, por exemplo, a tarifa regulada da eletricidade e do gás definitiva? Isso, sim, marcaria a diferença e marcaria a diferença na vida das pessoas e na nossa economia. Que resposta é que têm a dar?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Cação.

O Sr. **Carlos Cação** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Paula Santos, muito obrigado pela questão. Há uma coisa que lhe digo: o PSD e o Governo não levam lições de ninguém sobre a baixa de impostos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Rui Afonso.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quais impostos? Ninguém falou de impostos!

O Sr. **Carlos Cação** (PSD): — Nós já estamos há dois anos a baixar impostos, já temos dois orçamentos consecutivos sem aumentar um único imposto.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos dos Deputados do PCP Alfredo Maia e Paula Santos.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Chega. Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje, ao longo deste debate, ouvimos o PCP — sobretudo o PCP, autor deste debate — aqui hoje, neste Plenário, falar da guerra norte-americana e da guerra de Donald Trump no Irão e no Médio Oriente como a causa desta subida extraordinária que estamos a ter a todos os níveis — combustíveis, preços alimentares, bens alimentares, energia, tudo. Mas é curioso que o mesmo partido que traz a guerra de Donald Trump a este Parlamento e a guerra dos Estados Unidos no Irão,...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A vossa! A vossa!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... ignora a primeira das guerras que provocou a maior inflação na Europa desde o pós-guerra,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A Jugoslávia! A Índia! A Síria!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... ignora a guerra que, propositadamente, teve o maior aumento de sempre do cabaz alimentar no pós-II Guerra Mundial. Não foi a guerra de Donald Trump,...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não diga asneiras, Sr. Deputado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... não foi a guerra de Javier Milei, não foi a guerra de Jair Bolsonaro, foi a guerra de Vladimir Putin,...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A sua guerra, não é minha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... a guerra que o PCP não consegue condenar!

Aplausos do CH.

Protestos do PCP e do BE.

A guerra que o PCP não consegue condenar foi a primeira das guerras que destruíram os preços, a subsidiodependência e a dependência energética na Europa,...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Disse isso lá?

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... provocada por um tirano e um ditador que o PCP nunca foi capaz de condenar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas pensava eu também que o PCP vinha a este debate para fazer um *mea culpa*, porque nós tivemos a oportunidade de ver se, na verdade, como disse o Sr. Deputado Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP, de facto, os impostos hoje sobre a energia em Portugal são elevadíssimos. Mas eu tive a oportunidade e quis ir ver o que é que o PCP tinha feito nos últimos meses, precisamente contra isso: a descida do IRS, a descida do IRC, as portagens, o gasóleo, os combustíveis, o IUC, o IMI, tudo, tudo, tudo este partido apresentou, tudo estes partidos apresentaram...

O orador apontou para as bancadas do seu lado direito.

... e tudo o PCP inviabilizou. Tudo o PCP inviabilizou!

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Portanto, ó Sr. Deputado, nós não podemos, ó Sr. Deputado...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Até pode fazer o pino!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Deputado, na verdade, não quer mais rendimentos na mão das pessoas, o Sr. Deputado quer é mais rendimentos para o Estado,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... tal como o PCP vê o Estado.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Ah! Quer é nas suas mãos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E nós sabemos como é que o PCP vê o Estado: são empresas, empresários e famílias cada vez mais pobres para vocês engordarem.

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É um bocadinho ao lado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E nós não queremos isso, nós não queremos isso, essa é que é a diferença.

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Ah! Ainda vai lá parar!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, este Parlamento debate o custo de vida, da energia, dos combustíveis num momento particular. E tenho de me dirigir, Sr. Presidente, apesar da ausência do Sr. Deputado José Luís Carneiro, hoje, deste Plenário,...

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

... eu tenho de me dirigir ao Partido Socialista como terceiro maior partido do nosso Parlamento...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem, terceiro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ...— terceiro maior partido do Parlamento —,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Terceiro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... terceiro maior partido do Parlamento, mas como um dos partidos grandes hoje na nossa democracia. O Sr. Deputado José Luís Carneiro esteve na Venezuela.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ao lado das pessoas! Eu também estive!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Esteve na Venezuela para dar a mão, o pé, o braço, para dar tudo a um Governo tirano, assassino, corrupto e um Governo que, todos sabemos — esse sim — está do lado errado da História.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O gajo que esteve com o Órban que não quer passar o cheque aos ucranianos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas o Secretário-Geral do Partido Socialista...

Protestos do PS.

... decidiu...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Deixa ouvir!

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Eu não interrompi, porque é sempre aborrecido interromper, mas realmente não se consegue ouvir.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... o Sr. Deputado José Luís Carneiro, Secretário-Geral do Partido Socialista, entendeu que devia ir à Venezuela prestar homenagem ao regime mais sanguinário — mais sanguinário! — da América do Sul. Se fosse o PCP, o Bloco ou o Livre, nós teríamos compreendido a situação.

Protestos do L e contraprotestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Mas não foi, foi um partido que teve responsabilidades de Governo,...

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

... que tem responsabilidades no Parlamento e foi prestar vassalagem...

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chiu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... ao Governo de Maduro, ao Governo de Délcio Rodrigues,...

Protestos do PS.

... ao Governo tirânico que tanto tem destruído a nossa comunidade na Venezuela.

Aplausos do CH.

É, por isso, um protesto, Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não tens vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... um protesto cara a cara, neste Parlamento, sem nenhum intermediário. Um Secretário-Geral do PS que ambiciona ser Primeiro-Ministro, mas em vez de estar ao lado das pessoas, está ao lado dos piores regimes...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e dos piores exemplos que o mundo nos tem dado.

Aplausos do CH.

Ó Sr. Deputado Paulo Raimundo, não abane a cabeça,...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Eu?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... são 20 000 mortos em pouco tempo, desses regimes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os senhores andam aqui tanto a falar de direitos humanos, direitos humanos, direitos humanos, mas apoiam a pior escória da Europa e do mundo, esses regimes.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Essa é que é a verdade, essa é que é a verdade!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quem lhe dá força são aquelas bancadas!

O orador apontou para as bancadas do lado oposto da Sala.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pergunta o Sr. Deputado Luís Testa, do Partido Socialista: de que é que está à espera, o Governo? De que é que está à espera? Ó Srs. Deputados, de facto já deviam ter feito muito mais; em novembro de 2022, caiu o Governo do Partido Socialista.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Novembro de 2022?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os dados são claros: qual era o nível de dependência energética em novembro de 2022, quando António Costa saiu do poder? Era de 70 % — 70%! O PS deixou o País com a maior dependência energética da sua história.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E agora vem aqui ao Parlamento...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Em 2022? Foi em 2024! Nem bate certo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, sim, novembro de 2022. O Partido Socialista...

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Ah, não era o Partido Socialista que governava em 2022? Penso que era! 70%! 70% de dependência energética! E vêm perguntar o que é que o Governo está a fazer? Ó Srs. Deputados, conviria começar por perguntar,...

Continuação de protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

... conviria começar por perguntar o que é que o vosso Governo incompetente...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... fez sobre energia durante tantos anos.

Aplausos do CH.

Era isso que conviria começar por perguntar. Sim, sim, não devia haver guerra no Médio Oriente. Mas o IVA a 23 % é culpa do Irão e da guerra no Irão?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, é culpa do PS e é culpa do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas o IVA que temos na energia a 23 % é culpa do Irão? Não, é culpa do PS, do PSD...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e de um sistema que se habituou a viver à conta da cobrança de impostos.

Aplausos do CH.

Mas as portagens que temos em Portugal são culpa do Irão? O nível de portagens e de taxação sobre a deslocação é culpa do Irão? Também não! É culpa de dois governos que sempre viveram da mesma forma: sacar, sacar, sacar e sacar para conseguir depois distribuir. O nível que temos hoje de destruição e dos preços dos cabazes alimentares são culpa do Irão? Não, são culpa de um Governo que nunca foi capaz sequer de deixar permanente o IVA para os seus produtos básicos.

Não culpemos o Irão por um nome que há em Portugal, há muitos anos, e que é claro: a incompetência...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... de dois Governos, do PS e do PSD, nesta matéria.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento...

Burburinho na Sala.

Calma, calma! Ó Srs. Deputados, têm de ouvir.

O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento e tenho aqui... O Sr. Deputado Paulo Muacho pede a palavra?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, faça favor, tem a palavra para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, é para pedir a distribuição pela Mesa à Câmara de um conjunto de três notícias que demonstram viagens de ministros do último Governo da direita deste País,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O que é que nós temos a ver com isso?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Desconta o tempo! Quando é que foi isso? És um aldrabão!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... do Governo de Pedro Passos Coelho, apoiado pelo Dr. André Ventura, pelo Sr. Deputado André Ventura, que fizeram viagens à Venezuela, estiveram na Venezuela.

Protestos do CH.

Sr. Deputado, dirigentes do Livre ou apoiados pelo Livre nunca fizeram visitas à Venezuela;...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, será distribuído.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... já os apoiados pelo senhor sempre lá estiveram!

O Sr. **Presidente**: — Serão distribuídos.

Aplausos do L.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Serão distribuídos. Mal cheguem à Mesa, serão distribuídas esses... Srs. Deputados!

Protestos do CH e contraprotestos do L.

Vamos continuar. Há dois pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado André Ventura.

Protestos dos Deputados do CH Filipe Melo e Pedro Pinto.

Sr. Deputado Pedro Pinto! Sr. Deputado Filipe Melo! Tenho de dizer os nomes que é para ver se ficam reunidas as condições!

O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias inscreveu-se para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado André Ventura e o Sr. Deputado Hugo Soares também. E vamos ouvi-los, como ouvimos a intervenção do Sr. Deputado André Ventura.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Sr. Deputado Pedro Pinto! O Sr. Deputado tem de ter os 2 minutos para fazer o pedido de esclarecimento. Eu vou tentar não interromper.

Faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado André Ventura, há quem passe a vida a dizer que gosta de Portugal, mas depois, de facto, não gosta dos portugueses.

Risos do CH.

E o senhor é um bom exemplo.

O Sr. **João Torres** (PS): — É verdade!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O senhor é um bom exemplo, sabe porquê? Porque fala da viagem do Secretário-Geral do Partido Socialista como se a Venezuela não fosse um dos países onde temos...

O Sr. **João Torres** (PS): — Muito bem!

... uma das maiores comunidades emigrantes...

Aplausos do PS.

... em todo o mundo. Mas há mais: não temos só uma das maiores comunidades emigrantes, que bem precisa de apoio neste momento difícil, como precisou no passado, em particular quando o Secretário-Geral do PS era Secretário de Estado das Comunidades. Neste momento, estando constituída a Comissão para a Amnistia,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O quê? É uma farsa! É absurdo!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... há portugueses que continuam detidos politicamente,...

Risos do Deputado do CH André Ventura.

... presos políticos.

Protestos do CH.

Eu percebo-o, o senhor não é de um partido como o Partido Socialista, que tem a história de ter nas suas fileiras presos políticos em Portugal, quando Salazar vivia. Eu percebo que um homem que diz que Portugal precisa de três Salazares...

Aplausos do PS.

... perceba que quatro portugueses detidos em prisões políticas na Venezuela não seja um problema para um líder político, para um político português...

Vozes do PS: — Muito bem! Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... defender os interesses dos portugueses. Mas digo-lhe mais: o senhor faz essa alusão porque o senhor sabe que enquanto nós fomos para a Venezuela defender os portugueses, como vai o Secretário de Estado das Comunidades — e muito bem — ou o Secretário Regional das Comunidades da Madeira, o senhor foi celebrar com Órban a extrema-direita na Europa.

Aplausos do PS e do L.

E foi celebrar com Órban, que é o homem que impede o apoio à Ucrânia e que limita o apoio da União Europeia à Ucrânia.

Aplausos do PS.

O senhor fala da Ucrânia, mas está aliado com aqueles que combatem a ajuda ao povo ucraniano, que combate o invasor russo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O senhor é um colaborador de Putin através da colaboração com Órban.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Sr. Deputado, o senhor é uma fraude política...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Isto é inadmissível! Fraude política é o teu irmão!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... e deixe-me dizer-lhe porque é que foi visitar Orbán...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Há gente a morrer na Ucrânia! Tu apoias tudo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não digas asneiras!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Putin já tem gente!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados,...

Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, Sr. Deputado André Ventura, estamos num debate democrático e, como estamos num debate democrático, temos de nos ouvir uns aos outros, e com certeza que se espera que outros digam coisas de que nós não gostamos. E é assim, é natural.

Portanto, dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares para um pedido de esclarecimento.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, creio que, em primeiro lugar, está demonstrada à sociedade que o debate de hoje não está bem enquadrado. E, Sr. Ministro e Srs. Membros do Governo, creio que era bem melhor que o Governo se tivesse feito representar pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, porque fala-se de tudo menos daquilo que verdadeiramente importa aos portugueses e ao dia a dia dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ainda assim, o Sr. Deputado André Ventura, quero-lhe fazer justiça dizendo-lhe que o Sr. Deputado começou bem, como, de resto, é seu apanágio.

O Sr. Deputado começa bem, depois estraga tudo.

Risos do CH.

Começou bem quando lembrou ao Partido Comunista Português que não vimos esta preocupação do Partido Comunista Português com os efeitos da guerra, com a verdadeira guerra que mais influenciou a vida e a carteira dos portugueses, porque os Srs. Deputados do Partido Comunista Português não tiveram a coragem de condenar a invasão da Ucrânia por parte da Rússia. Essa é que é a grande verdade.

Aplausos do PSD.

E também começou bem quando lembrou ao Partido Socialista que nesta matéria mais vale estar caladinho, porque quando governou chegou sempre tarde aos problemas,...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... demorou muito mais tempo do que o atual Governo a tomar medidas e agiu sempre reativamente. E, digo-lhe mais, com toda a propriedade, o Partido Socialista, enquanto quis, esteve a ganhar dinheiro com o aumento dos preços por força da guerra. Essa é que é a verdade.

Mas o Sr. Deputado estragou tudo depois, como é seu apanágio.

Protestos do Deputado do CH Pedro Frazão.

Sem fugir à pergunta, o Sr. Deputado vem com aquelas parangonas que podem entrar muito bem no *TikTok*, mas que, na realidade, não resultam.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

Não venha dizer que era combate à corrupção, porque sabe que isso não resultaria; não venha com ideias peregrinas.

O Sr. Deputado acabava com portagens; o Sr. Deputado baixava os IVA; o Sr. Deputado acabava com os impostos; o Sr. Deputado acabava com tudo o que era receita do Estado. O IVA descia, os impostos desciam, ninguém pagava portagens.

Pergunto: como é que mantinha as estradas? Como é que mantinha o Serviço Nacional de Saúde? Como é que pagava aos professores? Como é que pagava a todos os funcionários públicos? Como é que pagava aos pensionistas? Como é que mantinha as escolas abertas, destes estudantes que aqui estão hoje?

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

Essa é que é a grande questão, Sr. Deputado, para a qual o senhor não tem resposta.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, tenho de dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura para poder prestar o esclarecimento, para o que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, conheço bem e sei bem que temos na Venezuela uma enorme comunidade de portugueses...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não parece!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deixe-me lá terminar.

Sei bem que temos na Venezuela uma enorme comunidade de portugueses, que eu saúdo, até por uma razão, sabe porquê? Quem ganhou na Venezuela não foi o PS, foi o Chega que ganhou as eleições.

Aplausos do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Zero!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não foi o PS, foi o Chega que ganhou, na Venezuela, as eleições,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... quer legislativas, quer presidenciais.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, tiveste 1 milhão!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A comunidade da Venezuela sabe uma coisa: sabe que não devemos estar ao lado de tiranos nem de ditadores que destroem as suas sociedades e as atiram para a miséria.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Orbán também foi à Venezuela!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso mesmo é que nós iríamos sempre acompanhar uma visita às comunidades portuguesas na Venezuela, mas nunca acompanharíamos o que os senhores fizeram: o Sr. Deputado e o líder do seu partido irem prestar vassalagem a um regime tirano, corrupto e a um regime destruidor das pessoas.

Aplausos do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vocês não gostam dos portugueses! Não gostam!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi isso que foram fazer! Foram prestar vassalagem. E deixe-me dizer-lhe, já agora,...

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias e contraprotestos do CH.

E deixe-me dizer-lhe, já agora,...

Continuação dos protestos do CH e contraprotestos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Desculpe, mas são os seus Deputados que estão aqui....

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não, não! É daquele lado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda não se calou desde o princípio! Ainda não se calou nem um segundo e continua! Olhe para ali!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, faça favor de continuar.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E continua!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, desculpe lá, mas é o PS que não se cala um bocadinho! Não se cala um bocadinho! É verdade!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado. A contagem do tempo parou enquanto estivemos a falar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, nós já tínhamos dito que de corrupção nunca levaremos lições do Partido Socialista, mas de moralidade política também não.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Na Polónia é que é bom!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó homem, deixe-me falar um bocado!

Risos do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ó homem?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já agora sobre fraude política...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ó homem?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó homem, sim, é homem, não é mulher, que eu saiba. Que eu saiba, não é mulher!

Aplausos e risos do CH.

Que eu saiba. Que eu saiba. Nem quero saber. Nem quero saber. Nem quero saber!

Mas deixe-me dizer que se houver aqui fraude política é ao partido de Mário Soares que teria vergonha de ir para a Venezuela dar a mão a ditadores. Essa é que seria a fraude política.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Sr. Deputado Hugo Soares, eu não posso aceitar, desculpe lá, essa história de dizer sempre que os portugueses têm de pagar muito, muito, muito, muito e têm de ficar sempre mal servidos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ninguém disse isso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não, Sr. Deputado! Espanha, passou o IVA de 21 % para 10 % — para 10 %, de 21 % para 10 %!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é para o *Tik-Tok*!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A única coisa que lhe digo...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O seu modelo é o de Sánchez?

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a contagem do tempo está parada.

Acho fantástico que tenham todos o coração sempre assim junto à boca! Qualquer tema, uma taxa para cima, uma taxa para baixo, e parece logo que é a coisa mais dinâmica, terrível, que estamos a discutir na nossa democracia!

Risos.

O imposto desce 1 % e tal... Por amor de Deus! Por amor de Deus! Guardem energia para outras coisas importantes. Há mais vida para lá do Parlamento.

Aplausos do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Vamos lá acertar. Vamos lá. Vamos lá.

Obrigado, Sr. Deputado André Ventura, desculpe ter-lhe interrompido o pensamento.

Risos e aplausos do PSD e do CH.

Estávamos a discutir política fiscal, etc.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já terminei, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pode ter mais tempo a seguir, se quiser.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É o chamado «*I rest my case*»!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Vozes do CH: — Oh!...

O Sr. **Presidente**: — É para uma verdadeira interpelação à Mesa? De certeza?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

Acho que é do debate político, foi por isso que consumi 2 minutos do tempo do Partido Socialista neste debate, fazer uma pergunta, e o Sr. Deputado André Ventura não respondeu à pergunta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas qual é a pergunta?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Eu perguntei porque é que tinha ido à Polónia falar com Orbán...

O Sr. **Presidente**: — Não, não, por aí não! O Sr. Deputado sabe qual é a doutrina consuetudinária neste Parlamento: não podemos obrigar um Sr. Deputado ou a responder ou a responder conforme aquilo que cada um quer ouvir. Isso não!

Aplausos do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Pois, não responde!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, vamos andar em frente.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há momentos em que os números deixam de ser estatísticas e passam a ser vidas reais, e um desses momentos é agora e hoje, em Portugal, onde milhares de famílias passam imensas dificuldades e fazem das tripas coração para pagar as suas contas — as contas do supermercado; desligam o aquecimento antes do tempo, adiam os cuidados de saúde e vivem diariamente numa pressão constante e numa profunda agonia. Isto acontece, na grande maioria, a quem trabalha, a quem cumpre, a quem faz tudo certo e mesmo assim não consegue chegar ao fim do mês.

Mas essas dificuldades não se ficam pelas famílias, elas atingem também as nossas pequenas e médias empresas, que são o verdadeiro motor da nossa economia. São empresas que enfrentam aumentos brutais dos custos da energia, das matérias-primas e do financiamento, e são empresas que sustentam empregos, sustentam famílias e, quando essas empresas são empurradas para o limite, o risco deixa de ser apenas económico e passa a ser social.

Vivemos hoje um contexto internacional particularmente instável. A escalada de tensão no Médio Oriente, envolvendo o Irão, os Estados Unidos e Israel, bem como a invasão da Ucrânia pela Rússia, não são conflitos distantes, mas têm impactos diretos nas nossas economias, na segurança energética e na estabilidade global.

Neste cenário, o papel dos Estados-Membros da União Europeia é absolutamente decisivo. A Europa não pode ficar apenas como um espectador; tem de se afirmar como um bloco coeso capaz de defender a paz, a estabilidade e os seus interesses estratégicos, e isso implica coordenação política, diplomacia ativa e uma resposta comum que reduza a nossa vulnerabilidade a choques externos, desde logo ao nível da energia, dos mercados e da segurança.

Portugal, enquanto Estado-Membro, deve estar na linha da frente dessa resposta europeia, contribuindo para soluções diplomáticas, reforçando a economia estratégica da União e garantindo que as decisões tomadas em Bruxelas têm como prioridade proteger os nossos cidadãos europeus, incluindo os portugueses.

Num mundo estável, uma Europa unida não é uma opção; é uma verdadeira necessidade e o que está em causa é claro: proteger o rendimento das famílias e preservar o emprego, e isto vai exigir uma resposta política à altura, imediata, eficaz e justa.

Por isso, é preciso cortar, acima de tudo, para compensar o investimento, o desperdício do Estado, rever estruturas redundantes, combater a fraude e garantir, acima de tudo, justiça fiscal.

Governar, como já foi referido anteriormente, não é apenas gerir números; é fazer escolhas e, neste momento, a escolha tem de ser clara e é estar ao lado das famílias e das empresas.

Um país que não protege quem trabalha e quem produz está a comprometer o seu próprio futuro. Pessoalmente, estarei sempre ao lado das famílias e farei sempre essa escolha.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A escalada de conflito do Médio Oriente representa, naturalmente, um problema geopolítico de grande dimensão, mas o seu impacto económico já começa a sentir-se de forma muito concreta na vida das pessoas, sendo que ao Governo compete responder.

Desde o início do conflito, o preço dos combustíveis aumentou em Portugal de forma significativa: o gasóleo subiu cerca de 40 cêntimos por litro e a gasolina cerca de 22 cêntimos por litro.

Sabemos bem o que isso significa: quando a energia sobe, sobe o custo de viver. O aumento do preço dos combustíveis tem impacto direto nos transportes, na produção, na distribuição e, inevitavelmente, nos bens essenciais.

Para milhares de famílias portuguesas, o impacto já começa a sentir-se no dia a dia: colocar combustível no automóvel, pagar transportes, mercadorias, produzir alimentos ou garantir o funcionamento de uma pequena empresa está a tornar-se, progressivamente, mais caro e mais difícil.

Não podemos ignorar o efeito em cadeia. Portugal já viveu tempos semelhantes e sabemos que, quando o Estado não atua atempadamente, quem paga a fatura são sempre os mesmos: as famílias e as pequenas empresas.

Por isso, em tempos excecionais, são exigidas respostas excecionais. Desde logo, é fundamental garantir que a subida dos preços internacionais dos combustíveis não se traduz num aumento da carga fiscal sobre os

portugueses. O princípio da neutralidade fiscal deve ser respeitado. O Estado não deve arrecadar receita adicional à custa de uma crise internacional que penaliza famílias e empresas.

Devemos, igualmente, garantir tratamento equitativo aos setores mais expostos a este choque energético. A agricultura, as pescas, os táxis, os transportes, a logística, os bombeiros enfrentam aumentos muito significativos de custos. Ignorar esta realidade seria colocar em risco cadeias de abastecimento, serviços e serviços essenciais para o País.

Importa também não esquecer o gás engarrafado, o chamado «gás de botija», que continua a ser essencial para muitas famílias portuguesas e para inúmeros negócios. O aumento do seu preço tem um impacto direto no custo de vida e não pode ficar de fora nesta resposta pública, mas essa resposta deve ser para todos e não exclusivamente para aqueles que têm tarifa social.

O Sr. **João Torres** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Compete ao Governo apresentar medidas que se sintam verdadeiramente na carteira dos portugueses, e fazê-lo com rapidez. O denominado «IVA zero» no cabaz alimentar essencial é uma medida que já demonstrou resultados positivos.

Desde o início do ano, o mesmo cabaz alimentar, monitorizado pela DECO PROteste, custa mais 12,49 € e há quatro anos custava menos 66,62 €. Estes números demonstram bem a pressão crescente sobre o custo de vida e as necessidades das medidas que apoiam diretamente famílias nas suas necessidades mais básicas.

A experiência recente dos Governos do Partido Socialista mostra que acompanhar de forma próxima a evolução dos preços ao longo de toda a cadeia alimentar, desde a produção ao consumidor final, é essencial. Ao mesmo tempo, o Estado deve promover soluções que reduzam a exposição das famílias à volatilidade dos combustíveis, nomeadamente através do incremento de transportes públicos.

Mas Portugal não pode atuar sozinho. É fundamental que o Governo leve esta preocupação para o plano europeu e defenda instrumentos a nível internacional.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, num contexto de elevada incerteza internacional, a pior decisão é não decidir. O Estado deve acompanhar de forma permanente a evolução da situação, ouvir os setores económicos, antecipar riscos e preparar respostas profissionais.

São precisas respostas claras sobre o setor dos combustíveis e o IVA zero e respostas claras para os setores mais afetados, nomeadamente os transportes, em especial o setor do táxi, a pesca e a agricultura.

É necessário proteger o rendimento das famílias, garantir a competitividade das empresas e preservar a estabilidade económica. Não responder a estes desafios é deixar o País perante uma enorme dificuldade e uma enorme destruição económica.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento da Sr.^a Deputada Dulcineia Moura, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Ministro, o Sr. Secretário de Estado e os Srs. Deputados.

Sr. Deputado Hugo Costa, disse que ao Governo compete responder atempadamente e que não há rapidez. Vamos fazer um comparativo em relação ao Governo socialista. Pode ser?

Então, vamos falar da primeira redução do ISP aquando do conflito da Ucrânia. Sabe quanto tempo levou o Governo do Partido Socialista? Foram 19 dias.

Falamos agora do conflito do Médio Oriente, estando a governar a AD. Sabe quanto tempo é que levou a primeira redução do ISP? Nove dias!

Quer falar sobre o IVA zero? Quanto tempo levou o Governo socialista para tomar a decisão? Foram 418 dias. É essa a rapidez que refere? É isso que entendem que é governar e governar bem?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Sabe uma coisa, Sr. Deputado? Sabe porque é que o Partido Socialista está onde está? Precisamente para tomarmos como exemplo o Partido Socialista, que é isso mesmo, é um exemplo a não seguir porque não cumpre e é o exemplo da propaganda, isso sim.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa. Tem 2 minutos.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Dulcineia Moura, devemos governar a olhar para o futuro e não a olhar pelo retrovisor, para o passado.

Protestos da Deputada do PSD Dulcineia Catarina Moura.

Sobre o passado, o Governo do Partido Socialista, sim, implementou o IVA zero, mas não temos nenhum cronómetro. Sobre os combustíveis, veja o esforço fiscal dos portugueses em abril de 2024 face a hoje.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

E, sim, a carga fiscal dos combustíveis em abril de 2024 era mais baixa do que é hoje. Por isso, Sr.^a Deputada, se queremos comparar, comparemos com aquilo que vai claramente aos bolsos dos portugueses.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não sabe do que está a falar!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — A Sr.^a Deputada quer debater políticas públicas com base em cronómetros, com base em tempos.

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Quem falou nisso foi o senhor!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sim, o Partido Socialista respondeu a uma crise económica, o Partido Socialista respondeu à covid, o Partido Socialista respondeu à crise na Ucrânia. Não existe mais nenhum conflito neste momento, existe este conflito no Irão, e compete ao Governo do Partido Social Democrata e do CDS encontrar essas respostas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo para uma intervenção. Tem 3 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No começo do debate, o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, decidiu demonstrar ao Plenário da Assembleia da República que tem um bom domínio da impressora do gabinete e presentear-nos, nesta soalheira tarde de quarta-feira, com um conjunto de imagens a cores. Quero cumprimentar a Iniciativa Liberal por ter partilhado esse talento do seu líder parlamentar com o conjunto da Câmara.

Começou por nos falar da Estónia e foi uma pena que a imagem que tenha trazido não tenha vindo acompanhada das medidas que a Estónia tomou a seguir à invasão da Ucrânia pela Rússia, nomeadamente colocando tetos nos preços do gás e da eletricidade. Certamente, explicará, numa próxima ocasião, porque é que se esqueceram desse curioso facto sobre esse pequeno país europeu.

Podiam também ter trazido uma fotografia da Região Autónoma dos Açores e da Madeira, onde os preços do gás e do combustível são regulados. Volto a perguntar à Iniciativa Liberal quando é que tem a coragem de acabar com essa terrível manifestação de socialismo insular que faz com que nos Açores e na Madeira os portugueses tenham acesso a preços de bens essenciais a custos mais justos.

Podiam ter trazido uma fotografia de Espanha,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Espanha? Isso não! Socialistas!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... onde a botija de gás, por ação do Estado, custa metade. Aliás, por isso é que sempre que se discute a crise energética esse facto é mobilizado. Curiosamente, nunca se diz porquê. Não é, certamente, por se deixar livremente o mercado a funcionar e impor preços especulativos no gás de botija.

Podiam ter trazido uma fotografia de Macron, o presidente liberal com mais poder na Europa. Vou dispensar de fazer uma lista do conjunto alargado de bens essenciais que são regulados e tabelados pelo Estado francês.

Podiam, ainda, ter trazido uma fotografia da Bélgica, o país que é a sede da Comissão Europeia, onde o preço do combustível é tabelado pelo Estado.

Curiosamente, nos países que a Iniciativa Liberal tantas vezes elogia, o Estado não se demitiu. O Sr. Deputado Mário Amorim Lopes é que se demitiu de dizer a verdade aos portugueses sobre os efeitos práticos da regulação dos preços. E é por isso que os portugueses, todos os dias de manhã, quando vão à bomba de gasolina, quando vão às compras, quando olham para a fatura da eletricidade, perguntam: porque é que o custo de vida aumentou em 250 €? Porque é que os bens essenciais estão tão caros? Porque é que as casas estão tão caras? Porque é que as filas à porta do hospital estão tão longas? Porque o Estado falha no essencial.

Os portugueses trabalham que se fartam, pagam os seus impostos, mas, infelizmente, temos uma maioria que está mais importada em garantir que há distribuições milionárias de dividendos aos acionistas, em vez de tomar medidas modernas que funcionam,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Modernices!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... que garantam que quem trabalha, quem paga as políticas públicas deste País, consegue pagar a conta do supermercado, sem que isso lhe leve boa parte do salário.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, esta interpelação do PCP confirma uma velha máxima há muito conhecida: em medida perdedora não se mexe.

Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Os problemas podem ser diferentes, mas as soluções do Partido Comunista são sempre as mesmas, é sempre a mesma cartilha.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É próprio de alguém que continua a olhar para a realidade a preto e branco e, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe, demonstra também um enorme imobilismo, porque a cartilha é exatamente a mesma.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tal e qual!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Primeiro, fixação de preços. Depois, se a fixação de preços não é suficiente, atacar os lucros pela via fiscal. E, se estas duas medidas em concreto não são suficientes para liquidar totalmente a iniciativa privada, então, vem a nacionalização total da atividade económica. É sempre a mesma cartilha e é sempre a mesma receita para o desastre.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Isso é um fantasma!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Vamos, pois, às medidas concretas que o PCP apresenta. Em primeiro lugar, a fixação de preços. Ó Sr. Deputado, está estudado, provado...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não está é provado cá!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... e sabido que a fixação de preços tem duas consequências.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pagar menos! É terrível!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — A primeira é a falência das empresas que produzem esses bens...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E o CDS Açores?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... e a segunda é a escassez e a carência desses mesmos bens que deixaram de ser produzidos pelas empresas que foram à falência.

Nós sabemos que o PCP suspira de saudades pelas longas filas de espera à porta de mercados de Moscovo e de outras cidades quando estavam sujeitas à cortina de ferro.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É, pagar menos é horrível!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Também sabemos que o PCP continua hoje a ter uma enorme inveja das longas filas de espera à porta de mercearias com prateleiras vazias em Cuba e em Venezuela.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não é «em Venezuela», é «na Venezuela»!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mas, Sr. Deputado, não queremos nada disso para Portugal — não queremos nós, mas, acima de tudo, não querem os portugueses. Os portugueses não querem comunismo em Portugal, e o Sr. Deputado ainda não percebeu isso.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Isso não é verdade!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Vamos à segunda proposta que apresentam, a isenção de IVA no gás de botija. Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que essa medida é completamente ilegal,...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... viola a diretiva do IVA, viola o direito europeu.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Espanha!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não somos nós que o dizemos, não sou eu que o digo como fiscalista, e podia dizê-lo e digo; foram os técnicos especialistas que estiveram na reunião da COFAP (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública) e que disseram que essa medida viola totalmente o direito europeu.

Protestos do PCP e do Deputado do PS João Torres.

Ó Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que não há nada mais populista do que fingir resolver um problema real com uma medida manifestamente ilegal. Isso é próprio de todas as bancadas, de todos os grupos parlamentares que são populistas e demagogos. Soluções com medidas ilegais é o máximo da demagogia e do populismo.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — As bandeiras!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A terceira medida que apresenta é a palmada fiscal aos lucros. O PCP, com a demagogia permanente que apresenta, atira aos lucros absolutos das empresas.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não, não!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E eu pergunto: mas as empresas não devem ter lucros? Sim, devem ter lucros. O próprio PCP, eu diria, numa declaração histórica do seu Secretário-Geral, disse aqui hoje, neste Parlamento, que as empresas devem ter lucros. Eu espero que o ex-Secretário-Geral do PCP não acorde de repente e se lembre que o PCP defendeu aqui hoje, neste Parlamento, que as empresas devem ter lucros. E devem, Sr. Deputado, mas depois há uma segunda parte de que o Sr. Deputado não fala.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Falei, falei!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É que as empresas, quando têm lucros, pagam impostos e, por isso, contribuem para o bem geral de todos. E pagam bem impostos, Sr. Deputado. Eu lembro: olhe, pagam IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), pagam derrama municipal, pagam derrama estadual e, em alguns setores, pagam contribuições setoriais.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quanto?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Sr. Deputado sabe disso tudo, mas, quando falou das grandes empresas, disse uma coisa extraordinária neste debate, disse que não contribuem com nada.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quanto é que contribuem?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é outra vez demagogia e populismo, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quanto é que contribuem?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E não lhe fica bem mentir no Parlamento e dizer que as empresas não contribuem.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quanto?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pagam e pagam muito, Sr. Deputado. Por isso, se o PCP quer empresas sem lucros, então, o PCP não quer empresas,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... não quer investimento, não quer crescimento, não quer geração de emprego, não quer geração de riqueza.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Outra contradição!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas como comunista é precisamente isto, a geração e a distribuição de miséria. Nós não nos surpreendemos com essa posição do Partido Comunista.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Isso é uma grande cartilha, Sr. Deputado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Srs. Deputados do PCP, em dois anos, os Governos da AD (Aliança Democrática) aumentaram os rendimentos disponíveis das famílias como há muito tempo não acontecia. Olhe, desde logo com a redução da carga fiscal.

Protestos do PS e do L.

Em 2022, a carga fiscal no tempo do Governo do Partido Socialista era precisamente de 36,4 %. Em 2024, últimos dados oficiais conhecidos, a carga fiscal reduziu-se para 35,2 %. Houve uma redução, mas não foi só através da redução de impostos que o rendimento disponível das famílias aumentou. Aumentou porque as remunerações aumentaram e nestes dois anos aumentaram mais de 8 %, muito mais do que no tempo dos Governos da geringonça, que o Partido Comunista apoiava.

Por isso, Sr. Deputado, seja sério no debate. Nesta crise, o Governo está a apoiar, efetivamente, e bem e depressa, quer as famílias, quer as empresas.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Como?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eu respondo-lhe: com redução de impostos e com apoios diretos aos setores económicos mais penalizados com os aumentos da inflação.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

O Governo está a responder e está a responder bem, mas está a responder sem demagogia e sem populismo e também sem comunismo, Sr. Deputado, porque, sabe, para isso já nos chegou o PREC (Processo Revolucionário em Curso) de 1975.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou agora a palavra à Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais** (Cláudia Reis Duarte): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A situação de conflito no Médio Oriente continua a exercer uma pressão significativa sobre os preços do gasóleo e da gasolina. Portugal foi o primeiro, repito, o primeiro país da Europa ocidental a adotar medidas concretas. Não foi ontem, não foi anteontem, não foi sexta-feira passada; foi o primeiro país da Europa ocidental a adotar medidas concretas, e fê-lo logo na primeira semana após o início do conflito no Médio Oriente, por forma a mitigar os efeitos desta escalada de preços e a proteger famílias e empresas.

Perante este contexto, o Governo tem seguido uma atuação firme, responsável e transparente, orientada para conter o impacto da subida dos preços dos combustíveis e mitigar os efeitos económicos e sociais desta subida. É neste quadro que estruturámos uma resposta baseada em mecanismos automáticos, transparentes e proporcionais à evolução dos preços.

Permitam-me ser muito clara neste ponto: ao verificar um aumento significativo do preço dos combustíveis, superior a 0,10 €/l face aos valores de referência da primeira semana de março, o Governo atuou imediatamente através da redução do imposto sobre os produtos petrolíferos. Esta redução corresponde à devolução da totalidade, sublinho, da totalidade da receita adicional de IVA que resulta desse aumento de preços, diferente, por exemplo, do que fizeram os nossos vizinhos espanhóis, que tomaram medidas há dois ou três dias.

O efeito destas medidas é plenamente visível. Face ao início de março e considerando o desconto de ISP que então ainda estava em vigor e não tinha sido revertido, temos hoje uma redução acumulada, com IVA, de 0,208 €/l no gasóleo e de 0,193 €/l na gasolina, pelo que — e deixem-me também ser muito clara e sublinhar este ponto que já foi aqui abordado hoje várias vezes — a carga fiscal total sobre os combustíveis, atualmente, é inferior à média da União Europeia. Repito, em Portugal, neste momento, a carga fiscal sobre os combustíveis é inferior à média da União Europeia.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Os últimos dados — e, enfim, eu não dou aqui uma opinião, falo-vos em dados concretos, verificáveis e consultáveis —...

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

... da Comissão Europeia mostram que mais de metade dos Estados-Membros, e os últimos dados disponíveis são de 18 de março, para que não restem dúvidas, tinham uma carga fiscal sobre os combustíveis mais alta do que Portugal. Isto demonstra, de forma inequívoca, o compromisso do Governo com a proteção do rendimento das famílias e da competitividade das empresas.

Mas a nossa resposta não se esgota na redução transversal do ISP. Inclui também, e já foi aqui referido hoje por vários Srs. Deputados, o reforço dos apoios e os apoios setoriais. Por exemplo, apoiámos as famílias mais vulneráveis através do reforço da «Botija de Gás Solidária», cujo valor de comparticipação passou de 15 € para 25 €. E deixem-me dizer-vos que o preço de uma botija de gás butano, hoje em dia, varia mais ou menos entre 30 € e 34 €. Isto significa que este apoio representa 83 % do preço de uma botija de gás.

O Sr. **João Torres** (PS): — Chega a 5 % das pessoas!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Houve também apoios extraordinários através do reforço do reembolso concedido ao gasóleo profissional, ocorrendo ao impacto da subida de preços dos combustíveis no setor dos transportes de passageiros e de mercadorias, não esquecendo os táxis, as associações humanitárias de bombeiros, para as quais os custos dos combustíveis assumem particular relevância, bem como o apoio aos agricultores e pescadores, como foi referido pelo Sr. Ministro.

O atual contexto é, efetivamente, de grande incerteza, quer quanto à evolução, quer quanto à duração deste conflito e, conseqüentemente, ao impacto que ele possa ter. Perante esta incerteza, é fundamental preservar uma margem de manobra que nos permita responder de forma eficaz caso a atual situação se prolongue ou se agrave.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Isso!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos a atuar com medidas concretas, proporcionais e ajustadas à evolução da situação, mas, convenhamos, sem alarmismos e sem precipitação.

Falou-se várias vezes hoje em alimentos, e o Sr. Deputado dizia há pouco que eu me ria quando falou da curgete. A curgete é, de facto, um dos bens alimentares que atingiu no seu preço máximos históricos,...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Pois é! Históricos!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — ... mas o cabaz alimentar é formado por muitos outros. E, enfim, se queremos falar de bens alimentares, deixe-me falar-lhe do leite, que desceu de preço face ao mês de janeiro.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — E sabe porquê?

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Ou deixe-me falar-lhe de meia dúzia de ovos, que também desceu de preço face ao mês de janeiro. Ou deixe-me falar-lhe do arroz carolino, que custava 1,53 € em 2023 e hoje custa 1,20 €.

Protestos do L.

Vamos a factos e a dados. Quanto ao cabaz alimentar — e eu disse isto na quinta-feira passada aqui nesta Casa —, como sabem, a DECO PROteste faz semanalmente o preço do cabaz alimentar com 63 bens alimentares essenciais e, na última semana, esse preço atingiu o máximo histórico. Contudo, esse máximo histórico mostrava um aumento de 1,13 € face à semana anterior. Foi este o aumento semanal. Portanto, tenho muitas dúvidas...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Isso é que é gravíssimo!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — ... de que o aumento do preço dos bens alimentares, que se vem verificando e que vai aumentando paulatinamente, seja resultado do impacto da guerra e do conflito no Médio Oriente.

Naturalmente, estamos disponíveis para avaliar e calibrar medidas, mas, em contextos de incerteza como o presente, o acompanhamento da situação reclama serenidade e capacidade para adotar as medidas certas no momento oportuno, com equilíbrio e com responsabilidade, porque esse equilíbrio e essa responsabilidade significam proteger os portugueses hoje, mas sem comprometer o futuro do nosso País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Secretária de Estado tem dois pedidos de esclarecimento. Responde em conjunto?

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.^a Secretária de Estado, ouvimos este fim de semana o líder da bancada do PSD, num momento que quase parecia humorístico, dizer num *post* nas redes sociais, e passo a citar para não ser imprecisa, que «temos consciência de que estamos a governar muito bem».

Quem ouça isto de repente pensa que — das duas, uma — ou estamos num *sketch* do Ricardo Araújo Pereira no *Isto é Gozar com Quem Trabalha* ou temos um Governo que, de repente, está efetivamente a responder àquilo que os portugueses precisam.

No entanto, quando olhamos para as medidas do Governo, verificamos — e a Sr.^a Secretária de Estado falou, ainda há pouco, no cabaz essencial — que, apesar de nos últimos quatro anos o valor do cabaz essencial ter tido o maior aumento de sempre, porque «estamos a governar muito bem», ainda se recusam a descer o IVA e a ter uma medida transitória de IVA zero para o cabaz essencial.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

Falou também nos bombeiros voluntários, mas, Sr.^a Secretária de Estado, recordo que o valor do transporte de doentes continua a ser o mesmo nos últimos anos, não sofreu qualquer alteração. Portanto, pergunto-lhe se isto também é «governar muito bem».

É que as famílias não conseguem pagar o supermercado, a casa — o Governo recusa-se, inclusive, a tomar medidas preventivas em relação ao crédito à habitação, alegando que, se o BCE (Banco Central Europeu) não subiu até agora as taxas de juro, estaríamos aqui a especular — e a verdade é que sabemos que a inflação tem tido consequências muito negativas na carteira das famílias, em particular no que diz respeito à habitação.

Convinha não estarmos sempre a correr atrás do prejuízo, porque senão não estaremos, como diz o líder da bancada parlamentar do PSD, a «governar muito bem».

Sr.^a Secretária de Estado, voltemos ao IVA. Se na habitação, na saúde e nos bens essenciais os portugueses não conseguem pagar a fatura, não são menos exceção os cuidados médico-veterinários, que continuam a ser taxados como um bem de luxo. Mas a prioridade deste Governo não é baixar o IVA para as famílias, incluindo

nos serviços médico-veterinários, é tentar retomar a agenda bafienta da extrema-direita de voltar a ter touradas na RTP (Rádio e Televisão de Portugal).

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Por isso, pergunto-lhe, Sr.^a Secretária de Estado, se, de facto, é isto que é «governar muito bem» em prol dos portugueses ou se não é preciso fazermos mais para que os impactos da guerra e da inflação não se façam sentir da forma como se fazem sentir no bolso e na carteira de cada um.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente. Sr.^a Secretária de Estado, o que acabou de fazer na sua intervenção foi confirmar que o Governo está a navegar à vista.

Então, perante aquilo que está a acontecer neste momento, perante as perspetivas e todos os indicadores que colocam em cima da mesa um cenário negativo num futuro próximo, a Sr.^a Secretária de Estado vem aqui dizer que vai tomar medidas quando for oportuno? Então, não era já de proteger e de precaver as pessoas e as famílias no nosso País e de intervir relativamente a essa matéria?

Permita-me que lhe diga desta forma: não brinque com a vida das pessoas. Os preços dos alimentos têm vindo a aumentar progressivamente, ano após ano, mês após mês. As dificuldades são profundamente crescentes. Cada vez que se vai ao supermercado gasta-se mais e traz-se menos. As famílias deixam de comprar bens essenciais porque não conseguem suportar este aumento de preços e o aumento do custo de vida.

A sua responsabilidade, enquanto governante, é tomar as medidas para intervir onde é necessário. E intervir onde é necessário é nos lucros da grande distribuição. Porque é que não o faz? Intervir onde é necessário é nos lucros das empresas energéticas.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Falou das medidas do Governo relativamente aos combustíveis, mas os preços continuam a aumentar. E continuam a aumentar porquê? Qual é a razão? São as margens de lucro! E porque é que o Governo não intervém aí? Outros países da Europa e do mundo intervêm e não são socialistas, muito menos comunistas. E o Governo não o faz porquê?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas não faz o quê?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Porque o seu compromisso não é com as pessoas, é com esses interesses dos grupos económicos. Despreza a vida das pessoas. Não quer saber da vida das pessoas. Por isso é que não o faz.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Secretária de Estado tem 3 minutos para responder. Faça favor.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, quanto ao cabaz, e respondendo também à Sr.^a Deputada Paula Santos, o aumento dos preços é uma realidade que não negamos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Então, o que é que faz?

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — A preocupação com a vida das pessoas é exatamente aquilo que nos faz estar aqui. Mas todos nós, aqui nesta Casa, temos também uma responsabilidade muitíssimo grande,...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Com as pessoas!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — ... que é a de não semear medo e alarmismo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Neste momento, não há uma escalada do preço dos bens alimentares para além do que está em linha com aquilo que vem acontecendo anteriormente. Aquilo que, sim, é um impacto imediato do conflito no Médio Oriente é a escalada do preço dos combustíveis. Não há ainda, e esperamos que não venha haver, porque aquilo que todos desejamos é que este conflito termine amanhã, hoje, se possível, uma escalada do preço dos bens alimentares.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Quando há pouco os Srs. Deputados falavam nos 418 dias, salvo erro, que na crise anterior o PS levou a implementar o cabaz alimentar e o IVA zero, isso teve a ver sobretudo com isto, e, quando o fez, fê-lo com uma inflação alimentar de 8,4 %. Aliás, o Sr. Governador do Banco de Portugal disse esta manhã, nas declarações que eu li, que não se antecipava uma escalada na inflação, nem nos bens alimentares, nem no resto.

Isto significa que não podemos comprometer o futuro do País ao tomar medidas para aquilo que ainda não aconteceu, cujos indicadores, à data de hoje, não indicam sequer que venha a acontecer, e que dependerá da evolução e da duração deste conflito.

A Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real falava no IVA dos veterinários, o que me parece um bocadinho deslocado do debate de hoje. Em qualquer caso, já tivemos oportunidade de ter esta conversa neste sítio e, como sabe, isso viola frontalmente a diretiva do IVA.

A Sr.^a Deputada Paula Santos dizia que navegamos à vista. Não, Sr.^a Deputada, navegamos é com base em dados e em factos concretos, não com base naquilo que não aconteceu ainda e que não sabemos se vai acontecer.

Estamos disponíveis sempre e estamos aqui por Portugal e pelos portugueses.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na quinta-feira passada tivemos um debate de urgência, proposto pela Iniciativa Liberal, sobre os efeitos da guerra e da sobrecarga fiscal no dia a dia dos portugueses. Hoje, por proposta do PCP, estamos aqui, em modelo de interpelação ao Governo, a debater medidas para combater a escalada de preços, em consequência da guerra no Médio Oriente, nas condições de vida das populações em Portugal.

São dois debates legítimos pedidos por estes dois partidos e que, de forma geral, se tocam ao ter o mesmo objetivo, para tratar das mesmas problemáticas.

Neste caso, o debate é sobre aquilo que advém de consequências da guerra no Médio Oriente, mas já tivemos também debates similares a estes no passado, aquando da invasão na Ucrânia, e poderíamos tê-los tido em relação à situação recente na Venezuela.

Esperemos, acho que todos desejamos isso, que não venhamos, nos próximos meses, a estar aqui com um debate parecido, em consequência de um outro conflito militar que aconteça por esse mundo fora.

Todos os debates que temos com o PCP, pelo menos da parte da Iniciativa Liberal, terminam praticamente sempre da mesma forma: nós pedimos ao PCP que nos diga um exemplo de um país em que as propostas que o Partido Comunista Português defende tenham funcionado e, até hoje, o PCP não nos conseguiu dar essa resposta.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo e contraprotestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Mas, nos últimos dias, tivemos alguém a dar uma grande ajuda ao PCP, porque tivemos o Secretário-Geral do Partido Socialista, José Luís Carneiro, a ir à Venezuela dizer que aquilo afinal funciona. Foi ao que assistimos nos últimos dias.

Vamos, então, às propostas que o PCP defendeu aqui hoje. Há algo que deve ser dito, e acho que todos elogiamos e identificamos isso no PCP: coerência. Coerência, ao contrário de outros que, ainda hoje, neste debate, criticaram o socialismo do PCP, mas, depois, sabemos que as propostas que apresentam aqui são, também elas, socialistas.

Nos debates com o PCP, essa coerência também se torna previsível, e eu fiz uma espécie de um bingo: tomei logo nota da certeza das propostas que o PCP ia defender nas suas intervenções e, logo na primeira intervenção do Secretário-Geral do PCP, Paulo Raimundo, o bingo foi feito — não foi só linha, foi bingo. Controlo de preços, regulação, fixação de preços e de margens de lucro: *check*; subida administrativa de salários — também andou por ali, um bocado indireto: *check*. Aliás, na Venezuela, em 2018, os salários subiram 3000 %, aumentando várias vezes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — De sonho!...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Funcionou? Não, não funcionou.

Depois, controlo público, setores estratégicos, a banca, a energia, a agricultura, a grande distribuição: *check* — eufemismo para nacionalizações.

Falou também disso, Sr. Deputado, falou.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Tudo controlo administrativo, tudo controlo político pelo Estado, e pronto!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Um sonho!...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Mas qual é que foi o resultado disto na Venezuela, só nos últimos 10 anos? A economia caiu de 70 % a 80 %, uma hiperinflação de 8000 %, escassez de bens, sobretudo comida e alimentos, com 6,5 milhões de venezuelanos a passar fome.

O PCP continua a não nos conseguir dizer um país onde isso funcionou,...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Áustria!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... ao contrário da Iniciativa Liberal. Ainda no debate da semana passada, e sempre que apresentamos propostas, dizemos inúmeros países onde estas políticas, as políticas que nós defendemos, funcionaram.

Um IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) mais baixo e mais simples: há países onde funcionou; uma administração digital simples, sem burocracia: há países onde funcionou; um mercado de habitação mais acessível: há países onde funcionou; liberdade de escolha na saúde e na educação, uma reforma do sistema de saúde, que é aquilo de que mais precisamos em Portugal: damos exemplos de onde isso funcionou; uma reforma laboral — que este Governo tenha a coragem de avançar com isso! —: há inúmeros países onde funcionou.

As políticas liberais, as políticas reformistas funcionaram em muitos países e, se tivessem funcionado em Portugal, não precisávamos de ter estes debates, porque aquilo que acontece é que, cada vez que alguém

espirra em algum sítio do mundo, Portugal constipa-se. De uma vez por todas, temos de reformar, para estarmos preparados para qualquer crise que surja.

Aplausos da IL.

Protestos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate deixa evidente a ausência de respostas suficientes, neste momento, não apenas em matéria dos combustíveis — sabemos que é aquela que tem um dos maiores impactos —, mas também da transição energética.

Já ouvimos, em particular na primeira intervenção do Sr. Secretário de Estado, falar na transição energética e na necessidade que existe de acelerar este processo. Só que isso não pode ser feito à custa da destruição de valores naturais, como é o caso, por exemplo, da Praia do Meco, que vimos recentemente.

Portugal tem de garantir a sua soberania e a sua autonomia energéticas, mas isso só se fará através de comunidades mais resilientes, através do que possam ser os canais de autoconsumo. Há muito que este Parlamento aprovou uma resolução que visava garantir isso mesmo. Visava garantir que, nos parques de estacionamento, nos edifícios, nos condomínios, pudéssemos apostar nisso de forma mais robustecida. No entanto, não temos visto esta narrativa na dialética do Governo.

Por isso mesmo, neste debate, não podemos deixar não só de apelar, mas também de consciencializar para uma maior necessidade de apostarmos, sim, nas comunidades energéticas...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr.^a e Srs. Membros do Governo: Nós não sabemos quando é que vai acabar a guerra. Diziam os veteranos que só os mortos é que viram o fim da guerra. Aquilo que nós devemos a esses mortos — para as meninas da escola de Minab, a guerra já acabou, e há cinco anos, na outra guerra no Irão, a guarda revolucionária iraniana, disparando dois mísseis sobre um avião ucraniano, matou 175 pessoas; a guerra, para esses, acabou logo —, ao menos, é clareza nas palavras.

As guerras têm um sujeito e têm um verbo, um predicado. Eu devo dizer que neste debate, agendado pelo PCP, considero refrescante que, para o PCP, pelo menos nesta guerra, haja esse sujeito e esse verbo, esse predicado. Devia ser assim em todas as guerras,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso! Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... tal como na guerra que a Rússia, sujeito, moveu, verbo, à Ucrânia, complemento indireto.

Mas devo dizer que ouço a direita portuguesa, PSD, IL, CDS e Chega, e não há uma menção a esta guerra,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Outra vez?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... a quem a começou, sobre de onde vieram os mísseis, porque é que estamos a pagar a gasolina mais cara.

Querem fazer crer que estamos a ter este debate, aqui, hoje, e os outros que já tivemos, porque o consumidor, na bomba, paga a gasolina e paga o imposto da gasolina. Não! Paga isso e paga a guerra de Trump. Digam: Trump começou esta guerra, Netanyahu começou esta guerra — digam-no!

Aplausos do L.

Se não o dizem, aquilo que fica claro para os portugueses é que não estão dispostos a encarar as causas da guerra, não estão dispostos a encarar de frente os sintomas e não conseguem ter soluções que valham para o futuro dos portugueses.

O Sr. Deputado pergunta qual é que é a solução. Para as vítimas, é clareza moral e coerência, é não andar a fazer de conta com aquela voz grossa que se faz quando se fala de Putin na Ucrânia, que fica muito fininha quando se vai a Budapeste apoiar o Sr. Orbán, que é aliado do mesmo Putin.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Ora bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É essa coerência, é essa coragem que são necessárias aqui.

Se, quando chega o momento de Trump, ficam calados, bem, então, nesse caso, a verdade é que o debate fica como ficou, que é achar que os portugueses pagam menos por terem no Plenário uma versão daquilo que os portugueses têm todos os dias no *Twitter* e no *Facebook*. Vocês acham mesmo que as pessoas esperam dos Deputados, da Casa onde se legisla, uma versão das discussões que se tem na caixa de comentários dos jornais? É vuvuzela para aqui, «tu queres voltar para o PREC»... Quer dizer, acham que isso baixa o preço na bomba de gasolina?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ah! A sua intervenção baixa?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Isso baixa o preço? Os agricultores estão, neste momento, a decidir o que plantar, quando plantar, que fertilizantes usar.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

Onde é que houve uma medida da vossa parte, Sr. Deputado Jorge Teixeira? A IL já falou três vezes. Onde é que está uma medida para os preços dos fertilizantes? Uma!

Vozes do L: — Bola! Zero!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não apresentaram uma! E isso, evidentemente, condiz com a falta de coragem moral para designar as vítimas e os perpetradores. É que não têm nenhuma imaginação para propor soluções para os portugueses, que é a segunda obrigação perante uma situação destas. Nós não podemos acabar com a guerra, mas podemos fazer o máximo para minorar as suas consequências.

A Iniciativa Liberal diz: «Nós não gostamos que as margens de lucros sejam fixadas. Isso é só em países completamente totalitários, como a liberal Bélgica, como o liberal Japão, e por aí fora.» Não gostam, muito bem.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Deve estar a brincar!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aqui temos mais medidas: o que dizem da devolução do IVA sobre os bens de primeira necessidade para as famílias até um salário mínimo *per capita*? Não é a primeira vez que o Livre apresenta esta ideia. Quero ouvir do Governo também, porque o Sr. Primeiro-Ministro disse que estava disposto a explorá-la. Estão a estudá-la? Perguntaram a alguém acerca do que é que isso pode fazer? Tem a vantagem de não mexer nas margens de lucro e temos a certeza de que chega ao consumidor final.

Bem, mas finalmente parece que a Iniciativa Liberal faz uma cara de espanto.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Cara de espanto?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Pois é, passado duas horas de debate, há uma proposta concreta. Nós não podemos acabar com a guerra, mas podemos minorar as suas consequências.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Enquanto vocês estão na conversa do costume, que podem perfeitamente ir ter para as redes sociais todos os dias,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É preciso muita lata!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... da guerrinha ideológica que não leva a lado nenhum, há quem esteja a pensar nestas medidas.

É bom dizer: «Bem, a AD reagiu mais rápido.» É verdade. Nós, no Governo de António Costa, bem o pressionámos para introduzir o passe ferroviário nacional, esse a que agora chamam «verde». Mas também é verdade que, desde o início do ano, se formos a contar bem, há duas guerras, e temos a aprendizagem da última guerra. Isto que está a acontecer é perfeitamente previsível. Do que é que estão à espera para passar do passe ferroviário nacional para o passe de mobilidade nacional?

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Onde é que está a equipa que trabalha nisso? Onde é que estão os estudos? Onde é que estão, sequer, as reuniões com os partidos que apresentam essas medidas? Porque diabo o Governo não é capaz de dialogar em conjunto? Sabíamos que o António Costa tinha uma maioria absoluta, tinha o rei na barriga, mas vocês não têm uma maioria absoluta. Estão à espera de quê para, numa situação de crise, vir falar com o resto do Parlamento?

É bonito ter dogmas ideológicos, mas as situações mudam.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Eu não conheço ninguém que, durante a pandemia, não tenha sido a favor — bem, talvez a IL tenha sido contra — de limitar as margens de lucro de quem produzia álcool gel ou máscaras. Mas ninguém foi à falência e não vejo nenhuma gasoleira a ir à falência agora.

Será que há um momento para encarar a realidade e falar de como a realidade morde no bolso dos portugueses?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, do Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal, a quem dou a palavra.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, só para começar por arrumar a casa, posso dizer-lhe que, sim, foram os Estados Unidos que começaram esta guerra...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ah! Finalmente! Passado uma hora e meia!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — ... e é por culpa dos Estados Unidos que os preços continuam como estão e com a trajetória com que estão.

Mas vamos agora voltar para o debate que está aqui a acontecer, Sr. Deputado. Eu gostei muito de ver o exercício que o Sr. Deputado Rui Tavares fez para se distanciar do PCP e para mostrar a sua modernidade...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso! Muito moderno!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — ... e a sua frescura à nova esquerda, a esquerda que está no meio da esquerda, que o Livre veio inaugurar.

Qual é a grande diferença do Livre, agora, face à velha esquerda? Bom, é que propõe a fixação de preços, mas é excecional. E é excecional, porquê? Porque é que não haveria de funcionar sempre, se ia funcionar nesta circunstância?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É que, segundo a teoria económica do Livre, nestas circunstâncias, acontece uma coisa, que é as margens de lucro oportunistas. Bom, margens de lucro oportunistas? O que é que será isto?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Para vocês, não há!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — O Livre define-o, no seu projeto de resolução: é o desfasamento temporal entre *stocks* mais baratos e preços finais já ajustados às expectativas. É uma grande definição, Sr. Deputado.

Se o Livre considera que é o preço do *stock* à data em que foi adquirido que deve definir o preço de um bem,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Surreal!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — ... então, eu gostaria de saber o que é que o Livre acha daqueles portugueses que não vendem a casa ao preço em que a compraram, porque é justamente disso que o Livre está a falar.

Sr. Deputado, não é isso, não é o preço do *stock* na altura em que foi comprado que define o preço de um bem: é o ajuste entre a oferta e a procura.

Protestos do BE e de Deputados do L.

Srs. Deputados, nunca, nunca funcionou a fixação de preços...

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Nunca funcionou?!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — ... e não era aqui que ia funcionar.

O que é que funciona? É o Estado sair da frente, reduzindo a carga fiscal sobre esses bens, e é dar apoios diretos, se forem necessários.

Olhe, em alturas em que há tanta pressão geopolítica, em que se fala tanto de autonomia estratégica, se calhar, não devíamos impedir Portugal de fazer a prospeção e exploração das suas próprias reservas de gás natural. Se calhar, por aí, seríamos muito mais resilientes nestes momentos de crise.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Rui Tavares, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, dizia António Sérgio, em 1926, que uma maldição de Portugal era os títulos das ideologias serem meros sons impelidos pela boca que não tinham significado nenhum.

Risos do Deputado do PS João Torres.

Vozes da IL: — Oh!...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E tem de se explicar o liberalismo aos liberais o tempo todo.

Quer dizer, uma coisa é ter margens de lucro, outra coisa é, evidentemente, essas margens de lucro aproveitarem-se de uma situação de escassez artificial. E, para isso, em geral, intervém o Estado, como sempre interveio, incluindo em...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente** (João Manuel Esteves): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas: O agravamento da situação geopolítica no Médio Oriente introduziu um elemento de instabilidade nos mercados energéticos internacionais, com impactos que se fazem sentir, de forma direta, nos preços dos combustíveis e, de forma mais ampla, nos custos de energia suportados pelas famílias e pelas empresas.

Estamos perante um contexto exigente, marcado por volatilidade e incerteza, embora com diferenças face à crise energética de 2022, na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia.

Portugal encontra-se hoje mais bem preparado, desde logo pela menor dependência de combustíveis fósseis na produção de eletricidade, aliada a uma elevada incorporação de energias renováveis, e também por um quadro europeu mais robusto, quer a nível das exigências de armazenamento de gás natural, quer pela diversificação das fontes de abastecimento e de coordenação europeia.

Estamos expostos às cotações dos mercados internacionais, sendo que a evolução recente dos preços demonstra que os riscos persistem e que exigem uma resposta atenta, profissional e calibrada.

Em Portugal, o Governo tem vindo a acompanhar de perto esta evolução e já ativou mecanismos que permitem mitigar os efeitos mais imediatos. Em particular, encontra-se em vigor um mecanismo de ajustamento do imposto sobre os produtos petrolíferos que permite acomodar aumentos de preço e limitar o seu impacto no consumidor final.

Paralelamente, têm vindo a ser reforçadas as medidas dirigidas aos consumidores mais vulneráveis, com destaque para o apoio ao gás de garrafa destinado às famílias em situação de maior fragilidade, cujo valor foi aumentado de 15 € para 25 € por botija. Trata-se de um reforço significativo, na ordem dos 67 %, diretamente orientado para quem mais precisa.

O despacho que operacionaliza esta nova fase do programa já foi publicado. Em articulação com a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), estão previstas sessões de divulgação dirigidas às juntas de freguesia — hoje mesmo está a ocorrer uma dessas —, com vista a assegurar a sua adequada implementação e maior disseminação no território.

Esta medida representa um aumento significativo do apoio público, complementa as tarifas sociais de energia, de eletricidade e gás natural, existentes e visa assegurar que nenhum agregado familiar fica privado de acesso a uma fonte essencial de energia. O acompanhamento da situação é feito em estreita articulação com as instituições europeias e os restantes Estados-Membros, garantindo que a resposta nacional se mantém alinhada com o enquadramento comum europeu e com as melhores práticas, no sentido de assegurar a segurança do abastecimento e evitar distorções no mercado interno.

Importa também referir que, neste contexto, as respostas dos diferentes países têm assumido configurações distintas, refletindo prioridades nacionais diferenciadas. Portugal tem optado por uma abordagem equilibrada, que conjuga eficácia na mitigação dos impactos com responsabilidade orçamental e previsibilidade das medidas.

Simultaneamente, importa não perder de vista o objetivo estratégico da redução da dependência energética externa e do reforço da transição para fontes de energia mais sustentáveis e endógenas. A atual conjuntura reforça a importância deste caminho e confirma que Portugal está no rumo certo.

Foi precisamente nesse sentido que, no último Conselho de Ministros, o Governo aprovou um conjunto de diplomas estruturais que aceleram a transposição de diretivas europeias e reforçam a capacidade de resposta a crises energéticas. Desde logo, foi criado um enquadramento que, sempre que exista uma declaração europeia de crise de preços da eletricidade, permite adotar medidas excecionais de proteção de consumidores e de

pequenas e médias empresas, garantindo simultaneamente o respeito pelas regras do mercado interno e da não distorção da concorrência.

Foram também reforçados os direitos dos consumidores, com uma maior proteção em situações de incumprimento, maior transparência do mercado e mecanismos que asseguram que ninguém fica privado de energia em situações críticas, em particular os consumidores vulneráveis. Assim como foi promovido e reforçado o interesse pelo autoconsumo e a promoção das comunidades de energia.

É o primeiro passo de um caminho que abrange também o setor do gás natural, sendo que, embora este siga o seu calendário próprio de finalização, o Governo assume para ambos os setores os critérios claros que a União Europeia estabelece. Estes regimes, eletricidade e gás natural, são independentes, mas obedecem a métricas de crise semelhantes, que nos ajudam a estar preparados a dar uma resposta sempre que necessário.

Por fim, importa destacar o impulso à aceleração das energias renováveis através da simplificação dos processos de licenciamento, da criação de zonas de aceleração e do reforço das condições para o investimento.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Primeiro é um enfermeiro e agora é um advogado!

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente**: — Cada passo na transição energética é hoje um reforço da soberania energética e um verdadeiro escudo em face da volatilidade geopolítica.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Governo está atento, preparado e a agir. Fá-lo de forma responsável, coordenada e proporcional, respondendo aos desafios imediatos, sem comprometer a estabilidade económica e financeira do País, e com uma visão preparada para o longo prazo.

Continuaremos a acompanhar a evolução da situação internacional e a atuar, sempre que necessário, com o objetivo claro de proteger as famílias e apoiar as empresas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Secretário de Estado tem um pedido de esclarecimento, do Sr. Deputado Alfredo Maia, a quem dou a palavra para o efeito.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado, as consequências da guerra desencadeada contra o Irão estão a ser bem pesadas para as famílias, para as micro e pequenas empresas, para os agricultores, para os pescadores, com os galopantes aumentos dos preços da energia, dos combustíveis e dos bens essenciais, sem que isto se traduza em preços mais justos à produção.

Desde que começou a guerra de agressão e ingerência contra o Irão, uma guerra que os senhores apoiam, os preços do gasóleo agrícola, por exemplo, aumentaram 35 %.

Os aumentos dos preços dos combustíveis e a própria formação dos preços são verdadeiros mistérios, Sr. Secretário de Estado. Sabe-se quanto pesam os impostos, mas não sabemos os critérios para formar as cotações internacionais e as margens das empresas.

Sr. Secretário de Estado, por que razões o Governo não fixa os preços à saída da refinaria, como fazem, aliás, os Governos liberais do Japão e da Coreia do Sul?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Veja lá!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — O Japão, liberal?!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ou vamos continuar a assistir a aumentos, cada vez mais escandalosos, dos lucros da Galp? Em 2025, foram 1150 milhões de euros. E, já agora, sobre o gás de botija, mais uma vez mencionado, pergunto: quantas famílias beneficiam deste apoio?

Foi aqui referida a aposta nas fontes renováveis e a transição energética. É um caminho necessário, mas tem de ser cauteloso, em planeamento, em segurança do sistema e em proteção dos consumidores. Pergunto: vão os consumidores pagar os investimentos que são necessários através do tarifário? Os grandes lucros das

energéticas vão continuar intocáveis, como até agora? Que planeamento democrático do sistema elétrico está a ser feito?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Secretário de Estado do Ambiente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, duas notas importantes: relativamente ao gasóleo agrícola, como disse, já foi referido nesta Câmara que haverá medidas de apoio nesta semana,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente**: — ... e o gás de botija tem apoio, como sabe, e neste momento está a ser bastante útil esse apoio.

Relativamente ao caminho nas energias renováveis, como sabe, ele está a ser trilhado, tanto que nos podemos todos orgulhar de que, no passado mês de janeiro, a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis foi de mais de 80 %. Fomos líderes na União Europeia e isso quer dizer que foi muito relevante.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Queiroga, do PSD.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Vivemos um momento particularmente tenso com a instabilidade no Médio Oriente, que tem impacto direto na economia global e, inevitavelmente, no nosso dia a dia.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Sempre que há uma guerra numa região tão fulcral para o abastecimento energético e para o comércio mundial, os preços do petróleo, das mercadorias e dos alimentos tendem a aumentar.

Perante este cenário, o Governo português não ficou parado. Tomámos medidas preventivas, responsáveis e proporcionais, com um objetivo muito claro: proteger o rendimento das famílias e garantir que os bens essenciais continuam acessíveis. Uma dessas medidas, para os nossos agricultores, é a comparticipação em 10 cêntimos por litro no gasóleo agrícola, o mesmo apoio, aliás, que já em tempo oportuno o Governo atribuiu ao gasóleo rodoviário.

Sabemos que o setor agrícola é particularmente vulnerável às oscilações dos preços dos combustíveis, e esta ajuda permite aliviar custos, num momento em que cada cêntimo conta.

Vozes do PSD: — Ora bem!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — No que diz respeito aos fertilizantes, o Governo está igualmente a avaliar as formas de apoiar os nossos agricultores. Paralelamente, reforçámos a fiscalização, para evitar qualquer tentativa de especulação que leve ao aumento injustificado no preço desses produtos — isto está já a ser feito.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Alguns dirão que o Governo devia fazer mais, e compreendo essa expectativa, naturalmente. Todos gostaríamos de viver num país de recursos ilimitados, mas a verdade é que o Orçamento é finito. Cada euro gasto num subsídio é um euro que não pode ser investido na saúde, na educação ou na segurança social.

Governar é fazer escolhas e fazê-las com responsabilidade. É isso que estamos a fazer, a agir com ponderação, com equilíbrio e com sentido do futuro. Apoiamos quem mais precisa e protegemos os setores estratégicos, como é o caso da agricultura, e evitamos medidas precipitadas que poderiam comprometer as contas públicas e, no fim, prejudicar ainda mais as famílias portuguesas.

Num momento de incerteza global, o País precisa de estabilidade, de rigor e de decisões firmes, e é isso que estamos a garantir. Continuaremos atentos, disponíveis para ajustar as medidas sempre que necessário, mas sempre com os pés assentes na terra e com o compromisso de proteger Portugal e os portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Martins, do Chega.

A Sr.^a **Ana Martins** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A escalada de preços que hoje se sente em Portugal, agravada por esta instabilidade provocada pela guerra no Médio Oriente, está a atingir diretamente aquilo que mais pesa no dia a dia das famílias — os combustíveis, a alimentação e os transportes.

Se esta realidade já é difícil para o continente, para a Região Autónoma dos Açores torna-se ainda mais dura.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Martins** (CH): — A insularidade, os custos de transporte e a dependência logística fazem com que qualquer subida de preço dos combustíveis e dos bens essenciais tenha um impacto imediato e muito mais pesado no custo de vida. E os açorianos já viram este filme antes! Durante a crise energética provocada pela guerra na Ucrânia, houve apoios tardios, medidas insuficientes, e tivemos um Governo que se esqueceu dos agricultores açorianos nos apoios extraordinários.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — É verdade!

A Sr.^a **Ana Martins** (CH): — Os açorianos não podem voltar a ser esquecidos. O Estado tem margem para agir e tem a obrigação de agir.

Termino, dizendo que não podemos permitir um Estado que lucra com o aumento dos custos da vida,...

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Martins** (CH): — ... não podemos permitir um Estado que transforma a crise das famílias num negócio fiscal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, há bocado, listou tantos países, mas esqueceu-se de um que implementou aquilo que os senhores sugerem, fixação de preços e também de margens de lucro: a Eslovénia.

Ora, o que é que aconteceu na Eslovénia? «Corrida aos postos? Há um país da União Europeia que já está a racionar combustíveis»: 50 litros para as pessoas, 200 litros para as empresas e para os agricultores.

O orador exibiu a notícia cujo título citou.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Ora aí está!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Aqui está o resultado das medidas propostas pelo Bloco, PCP e tantos outros.

Aproveito também para dizer o seguinte: o PS vem a este debate dizer ao PSD que devia ter tomado outras medidas, nomeadamente aquelas implementadas pelo Governo do Partido Socialista em resposta à crise da Ucrânia.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — O e-voucher!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vamos rever algumas destas propostas. Estava a inflação, em 2022, a 7,4 %, e o que é que o PS fez na atualização dos escalões de IRS? Não fez nada.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não os atualizou. E quando atualizou, no ano seguinte, atualizou em 5,1 %, abaixo da inflação acumulada dos dois anos. Ou seja, as pessoas perderam rendimentos.

Protestos de Deputados do PS.

Mais: ainda teve o desprazer de aumentar taxas, de aumentar o IUC, o ISD (imposto sobre sucessões e doações), o IABA (imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes), o IT (imposto sobre o tabaco) e o IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis). Isto para não dizer que demorou ano e meio a fazer o IVA zero.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É para fazer outra vez!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ano e meio!

É este o grande legado do Partido Socialista. Portanto, a nossa recomendação ao PSD é: pelo amor da santa, não façam o que o PS fez.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, para uma intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Neste momento do debate, é importante fazer um ponto de ordem, porque não é por uma mentira ser dita muitas vezes que ela passa a ser verdade.

Protestos de Deputados do CH.

O PCP está onde sempre esteve. Sempre defendemos o cumprimento da nossa Constituição, sempre defendemos a resolução pacífica dos conflitos e sempre defendemos a paz,...

Protestos de Deputados do PSD e do CH.

... seja no Irão, na Jugoslávia, na Síria, no Líbano, no Iraque, na Palestina, na Ucrânia.

Contrariamente, há partidos aqui, na Assembleia da República, que em vez de defenderem a paz alimentaram a guerra,...

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

... com todos os prejuízos que ela traz: o sofrimento desses povos e as consequências para nós próprios, em Portugal, para o povo português.

Sempre colocámos em cima da mesa a necessidade não só de aumentar os salários e as pensões, como de intervir para controlar preços, porque quanto ao IVA zero, como a Iniciativa Liberal ainda agora referiu, vimos bem o resultado. Os preços, bom, continuaram altíssimos e a verdade é que quem ganhou com tudo isto foram os grupos económicos, que se apropriaram dessa margem.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ah! Foi o PS!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Portanto, está à vista o resultado das vossas medidas.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — É verdade! É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nossas?! Diga isso ao PS!

O povo sai sacrificado, o Estado não consegue investir, fica com menos receitas para investir nos serviços públicos e quem sai bem gordinho, mas bem gordinho, são os lucros dos grupos económicos, esses a que os senhores nunca querem meter a mão.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Alberto Fonseca, do PSD. Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o PCP trouxe hoje a debate, por várias vezes, o exemplo de Espanha. Surpreende-me que não tenha trazido o exemplo da Venezuela,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ah, que original!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — ... talvez por ter sido ultrapassado pelo Partido Socialista nesta admiração pela Venezuela, por esta veneração ao regime venezuelano.

Mas não sei se o exemplo de Espanha é o melhor exemplo para o PCP trazer a este debate, Sr.^a Deputada. É que Espanha é governada pelo PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) há 8 anos, com o apoio do Partido Comunista, e qual é o resultado?

Nós temos em Portugal, praticamente, uma situação de pleno emprego. Já em Espanha a taxa de desemprego é superior a 10 %. Nós temos em Portugal os salários reais a crescer ao triplo do que crescem em Espanha. Não são estas as bandeiras do PCP, mais empregos e melhores salários?

Parece-me que, se for para a Espanha desenvolver o seu trabalho político, o PCP porventura será mais feliz do que é em Portugal, porque em Portugal já estamos a fazer muito daquilo que o PCP defende.

Na verdade, o Governo tem tomado as medidas atempadamente, mesmo antes de os portugueses sentirem os efeitos desta crise, logo no início de março, tendo sido mesmo o primeiro país da Europa ocidental a tomar estas medidas, ao contrário de Espanha, que esteve mais de 20 dias a beneficiar da subida dos preços dos combustíveis.

Portanto, o que pergunto à Sr.^a Deputada é se era isso que queria para os portugueses, que tivessem de esperar 20 dias pelas medidas do Governo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O PCP não tem tempo para responder, de maneira que passamos ao seguinte orador, que é o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, que beneficia de 1 segundo que lhe foi cedido pelo Partido Socialista.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Uma esmola!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, quero cumprimentá-lo por ter conseguido dar um exemplo europeu. É curioso que não citou nenhum dos países de que eu falei.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não mencionou!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mas queria avisá-lo que o facto de a medida belga funcionar fez com que cada vez mais cidadãos dos Países Baixos se tenham deslocado à Bélgica para atestar o depósito. É fazer o mesmo em Portugal.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Mesa não regista mais inscrições, de maneira que passamos ao encerramento deste debate.

Pausa.

O Sr. Deputado Hugo Carneiro pediu a palavra para uma intervenção. Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A guerra trouxe para o centro do debate uma preocupação legítima com o custo de vida e com a trajetória da economia mundial.

Portugal não é parte neste conflito e tem defendido, desde o primeiro momento, o diálogo e a diplomacia. Fí-lo aqui, há uma semana, e reafirmo-o hoje.

O Governo agiu bem ao reagir de forma rápida onde os impactos se fizeram sentir mais cedo: no bolso dos portugueses. Ao reduzir o ISP, perante o aumento do preço do petróleo, procurou limitar esses efeitos. Com os descontos anteriores e os atuais, o apoio do Governo é de 20,8 cêntimos no gasóleo e de 19,3 cêntimos na gasolina. Portugal foi, aliás, dos primeiros países europeus a avançar com essas medidas.

Com a evolução do conflito — que, infelizmente, não dá sinais de abrandamento —, o Governo assumiu que iria adaptar as respostas sempre que necessário. Foi isso que fez ao avançar com o apoio à botija do gás e com o desconto no gasóleo profissional, abrangendo também setores como os bombeiros ou os táxis, e como se prepara para fazer igualmente na agricultura.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, a oposição chegou tarde a este debate. Quando começou a exigir medidas, muitas já estavam no terreno. E agora insistem em propostas precipitadas, sem explicar como seriam financiadas.

Do mesmo modo, importa olhar com seriedade para as comparações que são feitas. Fala-se muito de Espanha, mas convém dizer tudo. Espanha demorou cerca de 20 dias a reagir, chegando a beneficiar, durante esse período, do aumento do preço do petróleo, antes de avançar com medidas. Além disso, medidas mais dispendiosas hoje significa inevitavelmente mais impostos ou menos serviços públicos amanhã. E os dados mostram que, no final de 2025, Espanha apresentava níveis mais elevados da carga fiscal, da dívida, do desemprego e da inflação do que Portugal. No entanto, é Espanha que serve de exemplo ao PCP, ao PS e ao Chega.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Aos portugueses! Aos portugueses!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Outros países avançaram com medidas, mas explicaram como as iriam financiar. É precisamente isso que falta nas propostas da oposição em Portugal e mesmo em Espanha.

Depois, sabemos que no tempo do PS o Governo consolidou as contas públicas com a inflação e demorou 418 dias a reduzir o IVA zero. «Olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço». É este o lema do Partido Socialista.

Há duas coisas que importa sublinhar. Primeiro, o Governo tem atuado e continuará a atuar em função da evolução da situação, com foco no apoio às famílias e às empresas, sobretudo as mais vulneráveis.

Segundo, o Governo não ganha com esta crise. Está a gerir uma situação que não provocou, procurando equilibrar o apoio necessário com a responsabilidade financeira. Portugal é hoje visto como um fator de estabilidade e essa confiança não pode ser posta em causa por decisões precipitadas ou sem sustentação, como afirmou a *Moody's* recentemente ao referir-se à sustentabilidade do País.

O Governo continuará a agir com responsabilidade, sem alarmismos, sempre que tal se justificar. Foi essa confiança que levou os portugueses a escolherem a AD para governar. É isso que fazemos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Torres, do PS.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Partido Socialista encerra o seu tempo neste debate como começou: dando nota de que este Governo não sabe gerir crises.

Protestos do CH e da IL.

O Sr. **Paulo Alves** (PSD): — Já cá faltava esta!

O Sr. **João Torres** (PS): — Não soube gerir a crise dos incêndios florestais,...

O Sr. **Paulo Alves** (PSD): — Ora, então incêndios é com o PS!

O Sr. **João Torres** (PS): — ... não soube gerir a crise das intempéries que devastaram o nosso País,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sabem vocês!

O Sr. **João Torres** (PS): — ... e já nem me vou referir às crises quotidianas, quer do número de alunos sem turma quer do número de portugueses sem médico de família.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Alves** (PSD): — Não tem vergonha? Que falta de vergonha mesmo!

O Sr. **João Torres** (PS): — É por isso que há dúvidas fundadas sobre a forma como este Governo está a gerir e a lidar com esta mesma crise.

Protestos do PSD.

Mas aquilo que verdadeiramente mais impacta e mais marca este debate é a constante e insubstituível falta de empatia que as direitas demonstram...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Já cá faltava!

O Sr. **João Torres** (PS): — ... perante a situação económica e social pela qual os portugueses estão a passar neste momento.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Torres** (PS): — Por isso, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, tudo serviu neste debate para desviar as atenções daquilo que é mais importante.

E o apelo mais relevante que o Partido Socialista traz hoje a esta Câmara é para que este Governo, ao contrário daquilo que tem feito — porque não tem estado à altura de o fazer —, seja capaz de, num momento de adversidade externa, procurar, tanto quanto possível e o melhor possível, garantir segurança às famílias, previsibilidade às empresas e, fundamentalmente, estabilidade à nossa economia.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

O Governo tem falhado nessa missão. Mas, numa crise, essa é a palavra pela qual os portugueses mais esperam para que possamos enfrentar, numa missão coletiva, mais uma crise como a que vamos ultrapassar seguramente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Mesa não tem mais pedidos de intervenção, pelo que, agora, sim, passamos ao encerramento do debate.

Para o efeito, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, que dispõe de 6 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há destruição provocada pelas intempéries, os apoios ainda não chegaram e o Governo, à última hora, alterou os pressupostos dos apoios para os postos de trabalho, deixando empresas de fora. Acrescem os impactos do aumento dos preços de bens essenciais, gerando ainda mais dificuldades.

Perante isto, o que faz o Governo? Anúncios e muita propaganda é o que o Governo tem para oferecer.

Desçam à realidade. Ouçam o que lhes é dito e não façam ouvidos moucos!

Face à escalada de preços no País — cuja perspetiva é o respetivo agravamento nos próximos tempos —, decorrente da guerra desencadeada pelos Estados Unidos e Israel no Médio Oriente, que conta com o apoio do Governo, do PSD e do CDS, assim como da IL e do Chega, o Governo recusa-se a fazer o que é preciso.

As medidas que o Governo anunciou são pífiás. No combustível, os preços crescem aceleradamente, mesmo com a aplicação do desconto, o que revela que as medidas fiscais, por si só, não são eficazes e que o desconto do Governo pode ser apropriado pelas margens das energéticas, além de que mantém a injustiça na tributação do IVA sobre o ISP.

Trazemos aqui o exemplo de Espanha, porque é um exemplo concreto no que diz respeito à botija de gás. Em Espanha, com a intervenção do Governo, o preço da botija de gás é metade do que é praticado em Portugal, quando o salário mínimo lá é superior ao de Portugal. Aliás, mesmo com a proposta do Governo do PSD, para 2029, o salário mínimo nacional no nosso País continua a ser inferior ao que é hoje pago em Espanha. Creio que isto diz muito relativamente às opções do PSD e do CDS.

O Governo continua a empurrar o problema com a barriga, não levando a sério a gravidade da situação. As condições de vida das pessoas degradam-se, dia após dia. São múltiplos os setores que apelam ao Governo que adote medidas concretas, nomeadamente os pequenos e médios agricultores, os pescadores, os micro, pequenos e médios empresários, o setor do táxi, as associações de bombeiros. Qual é a resposta do Governo? Assobia para o lado, como se não fosse nada consigo.

Neste debate, PSD, CDS, IL e Chega estiveram mais entretidos a atacar o PCP e a falar em questões laterais do que a discutir os problemas da vida das pessoas. Ficou evidente que não é a vida das pessoas que vos importa, mas sim a proteção dos interesses dos grupos económicos.

Protestos do CH.

Questionado sobre o papel dos lucros dos grupos económicos para suportar a escalada dos preços, o Governo não tem uma palavra, o que revela o seu compromisso com a defesa destes interesses e o seu desprezo pelas dificuldades sentidas pelos trabalhadores e pela população.

O que se exige do Governo é que defenda o interesse do povo e do País e não os interesses dos grupos económicos. Defender o povo e o País é exigir que o Governo intervenha para pôr fim à guerra. É exigir que intervenha para combater a especulação e a escalada de preços. A forma mais eficaz para o fazer não é pondo o povo a pagar a fatura nem o Estado a abdicar de receitas que são fundamentais para o reforço dos serviços públicos e para o investimento público — ainda mais necessário para lidar com os impactos das tempestades, que não podem cair no esquecimento.

A forma mais eficaz é chamar para esta equação quem está verdadeiramente a engordar e a aproveitar-se da situação: os grupos económicos e financeiros.

Protestos do CH.

Controlar e fixar preços de bens essenciais, pondo os lucros dos grupos económicos a suportar o aumento dos preços. Controlar e fixar preços não tem nada de inédito nem leva à escassez de produtos, como aqui foi afirmado. Aliás, o problema é mesmo os produtos ficarem na prateleira porque as pessoas não os conseguem comprar.

Protestos do Deputado do CH Rui Afonso.

É preciso dizer aqui — digam lá! — quais foram as empresas que entraram em falência nas regiões autónomas, onde há fixação de preços, nomeadamente nos combustíveis. Digam lá onde é que houve falhas de fornecimento devido a isso. Vários países têm vindo a adotar medidas neste sentido, como a França, a Alemanha ou o Japão e, segundo consta, não são socialistas, muito menos comunistas.

Não é compreensível que o Governo não só seja conivente como contribua propositadamente para aumentar as desigualdades e injustiças, aprofundando ainda mais o contraste entre os baixos salários e pensões e os lucros recorde obtidos pelos grupos económicos. Não aceitamos e muito menos compactuamos com tal injustiça.

Por isso, o PCP já apresentou diversas propostas concretas para enfrentar a escalada de preços. Propostas que são exequíveis, necessárias e que não têm impacto orçamental, porque incidem sobre as margens de lucro dos grupos económicos. As propostas são, nomeadamente: regular os preços do cabaz alimentar, controlar os preços dos combustíveis, do gás natural, do GPL (gás de petróleo liquefeito), removendo as componentes especulativas na formação dos preços, a par da fixação do preço máximo do gás de botija em 20 €. Propomos também que seja regulada a tarifa da eletricidade e do gás natural de forma definitiva e assegurado o acesso de novos contratos, bem como criada a tarifa regulada de GPL. Propomos que seja travado o aumento das prestações à banca, pondo as margens de lucro dos bancos a assumir os encargos associados à subida das taxas de juros de referência, o que implica reduzir *spreads* e comissões bancárias.

E, claro, se era necessário aumentar salários e pensões, tendo em conta estes acontecimentos, mais se justifica agora suscitar um verdadeiro choque salarial que impeça que milhares de trabalhadores e reformados sejam empurrados para a pobreza.

Por muito que vos incomode, O PCP cá estará a denunciar as injustiças e a exigir o que o povo tem direito

Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Protestos do CH.

Não é a especulação, não são os lucros que são o direito, mas sim uma vida digna para os trabalhadores, para os reformados e para a juventude.

O compromisso que assumimos foi com os trabalhadores, com a juventude, com o povo.

É esse compromisso que honramos todos os dias.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Uma das tentações mais comuns na política consiste no esforço de imaginar a configuração dos factos como queremos que estes sejam em vez de lidarmos com aquilo que a realidade efetivamente é. Não podemos permitir que a crise atual venha a consubstanciar-se num desses momentos.

O nosso ponto de partida é difícil, até angustiante. O impacto sobre o custo de vida dos portugueses de uma guerra que não era previsível, que Portugal não desejou e em que não participa, mas da qual, infelizmente, resultam consequências económicas pesadas, também estas imprevisíveis na sua duração e, nesta hora, impossíveis de calcular na dimensão da sua gravidade e efeitos colaterais.

É precisamente por causa disso que o Governo recusa soluções fáceis ou imediatistas, como as que são geradas no alarmismo e filhas da precipitação. As nossas respostas serão sempre ponderadas, gizadas na consideração dos múltiplos fatores de interesse público, como a responsabilidade democrática da governação exige.

Tudo o que fizemos até agora — tal como as medidas que viermos a tomar no futuro, enquanto esta crise permanecer — é pautado pelo rigor ditado pela prudência estratégica, sempre acompanhada do sangue-frio indispensável aos que têm o dever de decidir nas horas de ânsia e de pouca bonança.

Porque este Governo sabe uma verdade que tem por essencial: quando os choques são externos, a pior resposta possível será aquela que resulta dos ímpetus do voluntarismo interno.

Perante as presentes dificuldades, há duas formas de agir: ceder à tentação do curto prazo, ou proteger o País no médio e no longo prazo. O Governo escolheu proteger o País, hoje e no futuro.

Portugal é, neste momento, uma âncora de credibilidade fiscal. As principais agências de *rating* confirmam-no. As instituições democráticas reconhecem-no. Ainda ontem a Moody's sublinhou precisamente isso, dizendo que Portugal é um exemplo de estabilidade, previsibilidade e confiança orçamental, mesmo num contexto de crescimento moderado.

É isto que nos permite agir e ter margem para apoiar as famílias, sem comprometer o futuro. Os números são claros: Portugal regista excedentes orçamentais consecutivos em 2024 e em 2025, e mantém uma trajetória positiva em 2026. O saldo primário mantém-se robusto, acima dos 2,8 %. A dívida pública caiu abaixo dos 90 % do PIB (produto interno bruto), pela primeira vez em mais de uma década.

Aplausos do PSD.

Temos os níveis de empregabilidade em máximos históricos e o desemprego encontra-se em mínimos de cerca de 6 %.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Já o desemprego jovem...

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O investimento está a acelerar, com crescimento projetado de 5,5 % no presente ano. A carga fiscal está a descer de forma sustentada,...

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Para cima! A descer para cima!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... atingindo o valor mais baixo dos últimos anos.

Aplausos do PSD.

Isto são factos.

Os portugueses podem confiar neste Governo.

Não vamos comprometer agora o que foi conquistado nos dois últimos anos. Insistimos, há uma diferença entre agir e reagir. Reagir reduz-se a seguir a pressão e a ansiedade do momento. Agir, pelo contrário, é proteger as pessoas com base numa estratégia ponderada e responsável. É exatamente isso que o Governo está a fazer. A apoiar quem mais precisa, com medidas proporcionais e temporárias. Preservar o poder de compra sem alimentar novas pressões inflacionistas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, neste debate, uma vez mais, assistimos à defesa pueril do imediatismo nas respostas, por vezes até eufemisticamente disfarçadas de empatia. Ouvimos o elogio fácil da imitação de exemplos alheios, como sabemos, muito mais ditados pelas aflições políticas internas do que baseados em critérios de ponderação e de responsabilidade governativa.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Contudo, nunca o esqueçamos, em política económica, cada uma das decisões tomadas hoje terá inevitáveis consequências amanhã.

Para nós, AD, a política financeira e económica foram sempre prioridades, porque são a mais sólida garantia da sustentabilidade do Estado social e do bem-estar dos portugueses.

Nesta hora de crise internacional, Portugal e os portugueses podem continuar a confiar no seu Governo. O que está em causa não é apenas responder a um aumento de preços, mas sim garantir que Portugal não perde o equilíbrio que lhe permite as respostas necessárias em cada momento. Foi esse equilíbrio que nos permitiu chegar até aqui, aliviar a carga fiscal, reduzir os juros, proteger o emprego e será esse equilíbrio que nos vai permitir ultrapassar este contexto. Com prudência, com consistência, com confiança.

Portugal não está imune às agruras dos tempos que passam, mas que ninguém se iluda, com este Governo também não está nem ficará à deriva ou sujeito aos solavancos dos acontecimentos.

Este Governo não governa para o ciclo mediático, mas sim para precaver e resolver os problemas reais das pessoas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade! Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — É isso que continuaremos a fazer, porque sabemos que este é o caminho que garante o bem-estar dos portugueses, e essa é a nossa prioridade sempre.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Chegamos assim ao final dos nossos trabalhos.

A Assembleia volta a reunir amanhã, às 15 horas. A ordem de trabalhos está disponível nos sítios institucionais do Parlamento. Chamo, no entanto, a atenção dos Srs. Deputados para o facto de que amanhã há votações regimentais no final do debate.

A ordem de trabalhos consiste, basicamente, de declarações políticas, mas amanhã há votações regimentais no final dos trabalhos e na sexta-feira não há Plenário.

Boa noite, Srs. Deputados e até amanhã.

Eram 17 horas e 54 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.